

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	18
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	20
10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	20
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
12. INVESTIMENTOS	22
13. IMOBILIZADO	25
14. INTANGÍVEL.....	26
15. FORNECEDORES	27
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	29
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	32
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	33
20. PROVISÕES	33
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	42
22. RECEITA	43
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	45
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	47
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	48
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	50
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	61
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	63
29. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO – REQUERIMENTO	63
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	63
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	67
32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	69
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	72
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	86
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	96

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.335.270	2.862.490	142.982	226.695
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	856.396	358.987	133.811	180.000
Consumidores e Revendedores	6	2.544.072	2.549.546	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		464.669	427.060	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	919.199	1.120.035	-	-
Tributos Compensáveis	7	368.972	354.126	73.319	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	177.218	220.760	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		20.755	22.080	-	-
Dividendos a Receber		-	-	664.962	195.196
Fundo Vinculados		52.238	3.386	99	99
Estoques		67.253	54.430	784	15
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	26	17.763	-	-	-
Outros Créditos		742.088	558.749	10.554	8.702
TOTAL DO CIRCULANTE		8.565.893	8.531.649	1.026.511	683.277
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	164.099	-	15.674	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	10	1.819.052	1.830.075	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	10	-	-	1.053.378	1.010.078
Concessionários - Transporte de Energia		11.186	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.361.438	2.036.087	420.842	424.449
Tributos Compensáveis	7	363.554	327.948	4.757	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	39.681	23.605	29.175	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.433.493	1.387.711	295.714	275.721
Consumidores e Revendedores	6	156.898	158.770	-	-
Outros Créditos		163.909	184.367	15.817	50.695
Ativo Financeiro da Concessão	11	9.823.494	8.777.822	-	-
Investimentos	12	195.180	176.740	12.183.752	11.994.523
Imobilizado	13	8.703.735	8.661.791	1.606	1.723
Intangível	14	4.755.311	5.261.181	573	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		28.991.030	28.826.097	14.021.288	13.781.728
TOTAL DO ATIVO		37.556.923	37.357.746	15.047.799	14.465.005

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.282.021	1.189.848	7.317	12.059
Encargos Regulatórios	18	390.382	368.229	-	-
Participações nos Lucros		118.389	89.512	13.213	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	525.385	516.553	21.789	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	214.378	129.384	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		674.897	1.243.086	681.439	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	17	5.957.633	4.382.069	1.063.100	1.011.830
Debêntures	17	3.112.232	3.438.991	-	-
Salários e Contribuições Sociais		240.612	271.891	10.029	12.987
Obrigações Pós-emprego	19	97.078	100.591	2.990	3.706
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		-	25.143	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		7	-	4.924	8.646
Concessões a Pagar		16.386	7.990	-	-
Outras Obrigações		374.598	406.059	13.541	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		13.003.998	12.169.346	1.818.342	2.352.548
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	227.103	262.202	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	4.412.238	5.358.450	-	18.397
Debêntures	17	2.560.410	2.599.559	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16	906.584	897.087	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	406.590	1.234.024	-	-
Provisões	20	553.454	549.439	167.560	185.952
Concessões a Pagar		152.644	129.696	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.204.519	2.186.568	99.416	96.245
Outras Obrigações		231.499	226.427	64.597	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.655.041	13.443.452	331.573	367.509
		24.659.039	25.612.798	2.149.915	2.720.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		4.265.091	3.412.073	4.265.091	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.353.537	3.292.871	2.353.537	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		987.419	1.080.800	987.419	1.080.800
Ajustes Acumulados de Conversão		9.594	5.354	9.594	5.354
Lucros Acumulados		1.328.393	-	1.328.393	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.897.884	11.744.948	12.897.884	11.744.948
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.556.923	37.357.746	15.047.799	14.465.005

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
RECEITA	22	8.562.335	7.394.322	161	183
CUSTOS OPERACIONAIS	23				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.531.579)	(2.092.104)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(485.189)	(382.250)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(217.878)	(142.831)	-	-
		<u>(3.234.646)</u>	<u>(2.617.185)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO					
Pessoal e Administradores		(462.902)	(467.204)	-	-
Materiais		(24.618)	(34.962)	-	-
Serviços de Terceiros		(341.073)	(347.268)	-	-
Depreciação e Amortização		(455.093)	(410.107)	-	-
Provisões Operacionais		(23.845)	(38.865)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(95.535)	(74.349)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(697.843)	(695.438)	-	-
Outras		(48.079)	(40.587)	-	-
		<u>(2.148.988)</u>	<u>(2.108.780)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(5.383.634)	(4.725.965)	-	-
LUCRO BRUTO		3.178.701	2.668.357	161	183
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(77.269)	(76.658)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(474.314)	(383.484)	(28.045)	(33.945)
Outras Despesas Operacionais		(235.829)	(155.343)	(13.979)	(5.805)
		<u>(787.412)</u>	<u>(615.485)</u>	<u>(42.024)</u>	<u>(39.750)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos		2.391.289	2.052.872	(41.863)	(39.567)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(1.458)	-	1.263.711	1.069.753
Receitas Financeiras	24	444.770	442.439	72.845	45.900
Despesas Financeiras	24	(1.009.482)	(936.462)	(58.967)	(29.042)
Resultado antes dos Impostos		1.825.119	1.558.849	1.235.726	1.047.044
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(759.275)	(543.253)	-	123
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	169.776	33.612	(106)	2.041
RESULTADO DO PERÍODO		<u>1.235.620</u>	<u>1.049.208</u>	<u>1.235.620</u>	<u>1.049.208</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial		1,67	1,54	1,67	1,54
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		1,67	1,54	1,67	1,54

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/12	Abr a Jun/11 Reclassificado	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11 Reclassificado
RECEITA		4.413.940	3.804.769	81	80
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.384.490)	(1.016.344)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(243.731)	(192.636)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(117.434)	(80.465)	-	-
		<u>(1.745.655)</u>	<u>(1.289.445)</u>		
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(223.539)	(276.722)	-	-
Materiais		(14.494)	(29.000)	-	-
Serviços de Terceiros		(170.390)	(224.202)	-	-
Depreciação e Amortização		(236.625)	(187.490)	-	-
Reversões (Provisões) Operacionais		18.065	(7.813)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(46.243)	(36.356)	-	-
Custo de Construção		(422.323)	(427.253)	-	-
Outras		(16.600)	(39.772)	-	-
		<u>(1.112.149)</u>	<u>(1.228.608)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(2.857.804)	(2.518.053)	-	-
LUCRO BRUTO		1.556.136	1.286.716	81	80
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas		(28.330)	(66.642)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(218.818)	(147.317)	(984)	(14.239)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		(121.032)	(56.319)	(7.252)	3.890
		<u>(368.180)</u>	<u>(270.278)</u>	<u>(8.236)</u>	<u>(10.349)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos		1.187.956	1.016.438	(8.155)	(10.269)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(656)	-	614.527	527.427
Receitas Financeiras		223.164	262.581	30.124	21.736
Despesas Financeiras		(525.796)	(496.813)	(27.696)	(15.138)
Resultado antes dos Impostos		884.668	782.206	608.800	523.756
Imposto de Renda e Contribuição Social		(375.486)	(312.162)	-	123
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		95.050	53.013	(4.568)	(822)
RESULTADO DO PERÍODO		<u>604.232</u>	<u>523.057</u>	<u>604.232</u>	<u>523.057</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial		0,82	0,77	0,82	0,77
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		0,82	0,77	0,82	0,77

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	30/06/2012	30/06/2011
RESULTADO DO PERÍODO	1.235.620	1.049.208
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.240	(1.025)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(921)	(277)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	313	94
	(608)	(183)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.239.252	1.048.000

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Abr a Jun/12	Abr a Jun/11
RESULTADO DO PERÍODO	604.232	523.057
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	6.251	(996)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(766)	(1.568)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	260	533
	(506)	(1.035)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	609.977	521.026

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.210.605	(772)	-	27.124	11.476.133
Resultado do período	-	-	-	-	-	1.049.208	-	1.049.208
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(1.025)	-	-	(1.025)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(183)	-	-	-	(183)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(183)	(1.025)	1.049.208	-	1.048.000
Dividendo adicional proposto referente 2010 (R\$1,32 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	-	(67.086)
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(86.680)	-	86.680	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.806.167	1.123.742	(1.797)	1.135.888	27.124	12.457.047
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.080.800	5.354	-	-	11.744.948
Resultado do período	-	-	-	-	-	1.235.620	-	1.235.620
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	4.240	-	-	4.240
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(608)	-	-	-	(608)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(608)	4.240	1.235.620	-	1.239.252
Aumento do Capital Social (nota 21)	853.018	-	(853.018)	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto referente 2011 (R\$0,13 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	-	-	(86.316)
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(92.773)	-	92.773	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.353.537	987.419	9.594	1.328.393	-	12.897.884

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	1.235.620	1.049.208	1.235.620	1.049.208
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e Amortização	482.715	476.130	185	176
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	62.910	12.440	43	97
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.458	-	(1.263.711)	(1.069.753)
Juros e Variações Monetárias	372.598	731.172	7.284	(6.149)
Impostos de Renda e Contribuição Social	589.499	509.641	106	(2.164)
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	81.284	130.532	(18.392)	1.171
Obrigações Pós-emprego	136.931	145.172	7.395	7.309
Outros	-	(13.944)	-	(26.184)
	2.963.015	3.040.351	(31.470)	(46.289)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(69.923)	(82.998)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	96.329	86.616	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	27.466	163.720	(6.126)	-
Tributos Compensáveis	(50.452)	318	(1.172)	5.465
Concessionários - Transporte de energia	(48.795)	(12.292)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(45.782)	(198.318)	(19.993)	(9.005)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	609.318	789.224
Ativos Financeiros	457.211	(47.139)	-	-
Outros	(240.994)	(61.373)	32.257	(20.537)
	125.060	(151.466)	614.284	765.147
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	92.173	(68.282)	(4.742)	(201)
Impostos, Taxas e Contribuições	35.319	73.476	(13.951)	(11.401)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(674.281)	(464.054)	-	123
Salários e Contribuições Sociais	(31.279)	(4.960)	(2.958)	(3.362)
Encargos Regulatórios	(12.946)	15.036	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(641.008)	(459.068)	686	(6.807)
Obrigações Pós-emprego	(122.493)	(92.372)	(4.940)	(4.899)
Outros	12.329	(117.300)	(148)	(74.105)
	(1.342.186)	(1.117.524)	(26.053)	(100.652)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.745.889	1.771.361	556.761	618.206

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários	(661.508)	(393.557)	30.515	55
Em Ativos Financeiros	(60.028)	(35.994)	-	-
Em Investimentos	(19.898)	-	(4.602)	(236.854)
Em Imobilizado	(292.154)	(379.255)	(27)	-
Em Intangível	(684.888)	(671.902)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.718.476)	(1.480.708)	25.886	(236.799)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.163.081	1.031.476	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.063.209)	(730.427)	(18.397)	(18.397)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(654.505)	(534.287)	(647.963)	(530.540)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(554.633)	(233.238)	(666.360)	(548.937)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(527.220)	57.415	(83.713)	(167.530)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
No fim do exercício	2.335.270	3.037.108	142.982	135.211
	(527.220)	57.415	(83.713)	(167.530)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	661.361	575.444	4.784	6.807
Imposto de renda e Contribuição Social	523.579	367.617	10.800	16.653

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/6/2012		30/6/2011 Reclassificado		30/06/2012		30/06/2011 Reclassificado	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	11.670.092		10.045.271		161		183	
Receita de Construção de Distribuição	639.742		660.359		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	60.028		35.994					
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(77.269)		(64.247)		-		-	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.728.477)		(2.256.466)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(539.291)		(427.989)		-		-	
Serviços de Terceiros	(510.729)		(468.975)		(5.700)		(2.920)	
Gás Comprado para Revenda	(217.878)		(142.831)		-		-	
Materiais	(33.938)		(47.230)		(54)		(84)	
Custo de Construção de Infraestrutura	(697.843)		(695.438)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(100.840)		(116.571)		484		(8.421)	
	(4.828.996)		(4.155.500)		(5.270)		(11.425)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.463.597		6.521.877		(5.109)		(11.242)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(482.715)		(476.130)		(185)		(176)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	6.980.882		6.045.747		(5.294)		(11.418)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.458)		-		1.263.711		1.069.753	
Receitas Financeiras	445.879		443.236		73.941		46.686	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.425.303		6.488.983		1.332.358		1.105.021	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	744.286	10,02	609.963	9,40	30.303	2,28	23.026	2,09
Remuneração direta	513.340	6,91	406.472	6,26	17.559	1,32	9.823	0,89
Benefícios	182.864	2,46	162.678	2,51	10.791	0,81	8.233	0,75
FGTS	33.058	0,45	30.594	0,47	1.699	0,13	1.804	0,16
Outras	15.024	0,20	10.219	0,16	254	0,02	3.166	0,29
Impostos, Taxas e Contribuições	4.382.761	59,02	3.846.651	59,28	7.039	0,52	3.294	0,29
Federais	2.430.361	32,73	2.114.622	32,59	6.830	0,51	3.227	0,29
Estaduais	1.945.737	26,20	1.727.563	26,62	150	0,01	12	-
Municipais	6.663	0,09	4.466	0,07	59	-	55	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.062.636	14,32	983.161	15,15	59.396	4,46	29.493	2,67
Juros	1.009.483	13,60	936.462	14,43	58.967	4,43	29.042	2,63
Aluguéis	53.153	0,72	46.699	0,72	429	0,03	451	0,04
Remuneração de Capitais Próprios	1.235.620	16,64	1.049.208	16,17	1.235.620	92,74	1.049.208	94,95
Lucros Acumulados	1.235.620	16,64	1.049.208	16,17	1.235.620	92,74	1.049.208	94,95
	7.425.303	100	6.488.983	100	1.332.358	100	1.105.021	100

Ver nota explicativa 28 para maiores informações sobre a DVA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Trimestrais - ITRs consolidadas da Companhia e as Informações Trimestrais - ITRs individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Reclassificações de saldos contábeis

Conta Original			Conta de Reclassificação		
Demonstrações de Resultados	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011	Demonstrações de Resultados	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	25.804	-	Outras Despesas Operacionais	25.804	-
Resultado Financeiro Líquido	(539.254)	(10.762)	Receitas Financeiras	442.439	45.900
			Despesas Financeiras	(981.693)	(56.662)
				(539.254)	(10.762)
Receitas e Despesas Financeiras					
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	13.944	-	Depreciação e Amortização	(13.944)	-
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	31.287	-	Receita de Uso da Rede	(31.287)	-
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	-	27.620	Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(27.620)

Demonstração de Fluxo de Caixa	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011	Demonstração de Fluxo de Caixa	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			Aumento (Redução) de Passivos		
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.490)	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(8.490)	-
(Aumento) Redução de Ativos			(Aumento) Redução de Ativos		
Tributos Compensáveis	(175.390)	-	Tributos Compensáveis	318	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	Imposto de Renda e Contribuição Social	163.720	-
Aumento (Redução) de Passivos			Aumento (Redução) de Passivos		
Impostos, Taxas e Contribuições	483.613	-	Impostos, Taxas e Contribuições	73.476	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	70.709	-
Aumento (Redução) de Passivos			Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(665.145)	(23.728)	Juros e Variações Monetárias	665.145	23.728

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011	Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado 30/06/2011	Controladora 30/06/2011
Receitas			Remuneração de Capital de Terceiros		
Venda de Energia, Gas e Serviços	(31.287)	-	Juros	(31.287)	-
Insumos Adquiridos de Terceiros			Impostos, Taxas e Contribuições		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	164.362	-	Federais	164.362	-
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	45.739	-	Federais	45.739	-
Outros Custos Operacionais	1.366	-	Federais	1.366	-
	211.467	-		211.467	-
Retenções			Remuneração de Capital de Terceiros		
Depreciação e Amortização	13.944	-	Juros	13.944	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência			Remuneração de Capital de Terceiros		
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(27.620)	Juros	-	(27.620)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

1 – Na Demonstração de Resultados

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais no primeiro semestre de 2011 que foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado Financeiro Líquido: foi efetuada a segregação entre Receita Financeira e Despesa Financeira. O resultado com ajuste a valor presente foi apresentado pelo líquido. O ajuste a valor presente é feito para as debêntures de Irapé e para as concessões onerosas por terem taxas diferentes das praticadas no mercado;

2 – Na Demonstração do Valor Adicionado

- Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentadas líquidas dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo no segundo trimestre de 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais.

Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Informações Contábeis Intermediárias.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas ainda não adotados pela companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 letra t às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

2.4. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2012. A companhia entende que as atualizações relevantes referentes a situação patrimonial e desempenho da Companhia estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do CPC. 21 (Demonstração intermediária).

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	ITR do 2T-2012	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios De Consolidação
6	4	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	5	Titulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados A Litígio
		Contas a Receber do Governo do Estado De Minas Gerais e Fundo de Investimentos Em
12	10	Direitos Creditórios
13	11	Ativo Financeiro da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas E Contribuições E Imposto de Renda e Contribuição Social
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido e Remuneração Aos Acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações Com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	28	Demonstrações do Valor Adicionado - Dva
35	29	Eventos Subsequentes
34	30	Demonstração Segregada Por Empresa
*	31	Demonstração do Resultado Segregado Por Atividade

(*) Informações incluídas no conjunto das demonstrações contábeis a partir do primeiro trimestre de 2012

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nos ITR's pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões
5	Segmentos Operacionais
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
32	Revisão Tarifária de Transmissão

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	30/06/2012		31/12/2011	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100	-	100	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100	-	100
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49	-	49
Guanhães Energia	Proporcional	-	49	-	49
Madeira Energia	Proporcional	-	10	-	10
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49	-	49
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49	-	49
Taesá	Proporcional	-	56,69	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49	-	49
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	-	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100	-	100	-
Cemig Telecom	Integral	100	-	100	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49	-	49
Rosal Energia	Integral	100	-	100	-
Sá Carvalho	Integral	100	-	100	-
Horizontes Energia	Integral	100	-	100	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100	-	100	-
Cemig PCH	Integral	100	-	100	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100	-	100	-
Cemig Trading	Integral	100	-	100	-
Efficientia	Integral	100	-	100	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100	-	100	-
UTE Barreiro	Integral	100	-	100	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100	-	100	-
Cemig Serviços	Integral	100	-	100	-
Gasmig	Proporcional	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25	-	25	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24	-	24	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,5	-	24,5	-
Light	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49	-	49	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51	-	51	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49	-	49	-
Parati	Proporcional	25	-	25	-

A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, suportado por acordo de acionistas.

A controlada em conjunto Amazônia Energia, possui investimentos na Norte Energia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Em decorrência disso, o efeito proporcional do resultado com equivalência, no montante de R\$1.458, é reconhecido na Demonstração de Resultado da Cemig Geração e Transmissão pela consolidação da Amazônia Energia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	88.059	157.890	12.371	6.664
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.629.825	2.345.877	114.222	191.004
Letras Financeiras do Tesouro	15.757	63.868	2.292	4.922
Notas do Tesouro Nacional	33.481	26.413	-	1.603
Letras Financeiras - Bancos	-	176.510	-	18.364
Outros	568.148	91.932	14.097	4.138
	2.247.211	2.704.600	130.611	220.031
	2.335.270	2.862.490	142.982	226.695

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	604.731	358.987	121.666	180.000
Letras Financeiras do Tesouro	103	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	169.354	-	12.145	-
Outros	82.208	-	-	-
	856.396	358.987	133.811	180.000
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	10.322	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	139.772	-	15.006	-
Outros	14.005	-	668	-
	164.099	-	15.674	-
	1.020.495	358.987	149.485	180.000

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Fornecimento Faturado	2.368.632	2.301.156	24.240	25.378
Fornecimento não Faturado	710.227	848.171	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	247.085	205.636	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(624.974)	(646.647)	(24.240)	(25.378)
	2.700.970	2.708.316	-	-
Ativo Circulante	2.544.072	2.549.546	-	-
Ativo não Circulante	156.898	158.770	-	-

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS a Recuperar	165.028	153.306	3.427	3.843
PIS-PASEP	22.322	32.828	-	-
COFINS	167.676	156.852	68.506	67.342
Outros	13.946	11.140	1.386	1.385
	368.972	354.126	73.319	72.570
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	268.352	243.029	4.757	4.334
PIS-PASEP	16.078	14.515	-	-
COFINS	77.635	70.404	-	-
Outros	1.489	-	-	-
	363.554	327.948	4.757	4.334
	732.526	682.074	78.076	76.904

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2012 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	121.361	171.294	-	-
Contribuição Social	55.857	49.466	-	-
	<u>177.218</u>	<u>220.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	34.525	21.223	26.774	17.211
Contribuição Social	5.156	2.382	2.401	2.337
	<u>39.681</u>	<u>23.605</u>	<u>29.175</u>	<u>19.548</u>
	<u>216.899</u>	<u>244.365</u>	<u>29.175</u>	<u>19.548</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativo				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	411.288	631.801	342.528	337.861
Provisões	144.392	141.921	50.023	55.697
Obrigações Pós-Emprego	380.541	369.306	20.941	19.807
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	214.432	211.928	8.242	8.629
Ágio na incorporação de controlada	322.394	87.835	-	-
Instrumentos Financeiros	54.135	59.421	-	-
Variação Cambial	129.848	127.768	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa	180.605	180.623	-	-
Concessão Onerosa	63.128	61.941	-	-
Outros	152.029	163.543	2.442	2.455
Total	<u>2.052.792</u>	<u>2.036.087</u>	<u>424.176</u>	<u>424.449</u>
Passivo				
Imposto de Renda	(786.227)	(909.204)	(2.369)	-
Contribuição Social	(311.717)	(324.820)	(965)	-
Total	<u>(1.097.944)</u>	<u>(1.234.024)</u>	<u>(3.334)</u>	<u>-</u>
Total Líquido	<u>954.848</u>	<u>802.063</u>	<u>420.842</u>	<u>424.449</u>
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	1.361.438	2.036.087	420.842	424.449
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(406.590)	(1.234.024)	-	-

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.825.119	1.558.849	1.235.726	1.047.044
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(620.540)	(530.009)	(420.147)	(355.995)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(438)	-	434.460	370.217
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.548)	(1.544)	(130)	(3)
Incentivo Fiscal	9.701	6.589	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(8.548)	(5.484)	(9.190)	(5.643)
Amortização de Ágio	(5.563)	(5.857)	(5.909)	(6.325)
Outros	38.437	26.664	810	(87)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(589.499)	(509.641)	(106)	2.164
Alíquota Efetiva	32,30%	32,69%	0,01%	0,21%
Imposto Corrente	(759.275)	(543.253)	-	123
Imposto Diferido	169.776	33.612	(106)	2.041

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Trabalhista	251.469	206.971	23.991	24.389
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.010	-	-
ITCD	126.685	115.918	126.685	115.918
PASEP/COFINS	718.934	719.470	-	-
Outros	70.407	59.209	41.798	34.696
Outros	251.224	272.133	103.240	100.718
	1.433.493	1.387.711	295.714	275.721

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A composição do FIDC é como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Quotas seniores de propriedade de terceiros	765.674	819.997
Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	1.053.378	1.001.179
Dividendos retidos pelo Fundo	-	8.899
	1.053.378	1.010.078
TOTAL	1.819.052	1.830.075

A movimentação do FIDC no primeiro semestre de 2012 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.075
Atualização monetária das quotas seniores	42.006
Atualização monetária das quotas subordinadas	43.300
Amortização das quotas seniores (1)	(96.329)
Saldo em 30 de junho de 2012	1.819.052

(1) Referente 2º semestre de 2011

Adicionalmente a amortização das cotas Seniores demonstrada acima, ocorrida em janeiro de 2012, a Cemig efetuou pagamento de dividendos, em 28 de junho de 2012, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$93.711. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$7.015 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$100.726 das cotas seniores somente foi efetivada em julho de 2012.

Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 04 de maio de 2012, a Diretoria Executiva deliberou encaminhar ao Conselho de Administração a seguinte proposta: orientação do representante da Companhia na Assembleia de Quotistas de Cemig Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC ("FIDC") com o objetivo de formalização do acordo das partes para a antecipação do pagamento pelo Estado de Minas Gerais da dívida seguida da quitação integral pela Companhia de todas as obrigações decorrentes do Contrato CRC e a quitação integral pelo FIDC à Companhia de todas as obrigações decorrentes do mesmo. Ao valor atualizado do saldo devedor será aplicado um desconto de 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia que será integralmente repassado ao FIDC.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011, os contratos de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Concessões de Distribuição	4.216.944	3.331.311
Concessões de Gás	314.326	304.616
Concessões de Transmissão novas	5.432.567	5.503.592
Concessões de Transmissão antigas	778.856	758.338
	10.742.693	9.897.857
Ativo Circulante	919.199	1.120.035
Ativo não Circulante	9.823.494	8.777.822

A movimentação dos ativos refere-se basicamente a atualização financeira dos ativos de transmissão.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferências Financeiro x Intagível	Baixas	Saldo em 30/06/2012
Ativos Financeiros da Concessão	9.897.857	274.711	874.889	(304.764)	10.742.693

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011
Cemig Geração e Transmissão	5.200.587	5.086.076
Cemig Distribuição	2.695.184	2.656.463
Light	1.196.205	1.160.184
Cemig Telecom	287.446	287.909
Gasmig	438.732	444.991
Rosal Energia	145.972	158.676
Sá Carvalho	117.116	123.571
Horizontes Energia	74.618	73.203
Usina Térmica Ipatinga	22.692	37.577
Cemig PCH	87.502	95.228
Cemig Capim Branco Energia	33.657	42.592
Companhia Transleste de Transmissão	24.550	24.020
UTE Barreiro	27.646	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	13.441	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	1.097	239
Companhia Transirapé de Transmissão	10.893	10.525
Transchile	46.509	42.850
Efficientia	11.144	11.334
Central Termelétrica de Cogeração	5.934	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	22.944	20.912
Cemig Trading	15.647	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	136.042	132.203
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	316.164	307.211
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	70.641	73.432
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	695.139	672.559
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	45.403	44.983
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.730	4.253
Cemig Serviços	950	2.310
Parati	367.944	358.459
Gasmig (investimento em curso)	67.223	67.223
	12.183.752	11.994.523

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2011	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2012
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	720.353	-	(605.733)	(109)	5.200.587
Cemig Distribuição	2.656.463	282.286	-	(243.565)	-	2.695.184
Cemig Telecom	287.909	(463)	-	-	-	287.446
Rosal Energia	158.676	7.402	-	(20.106)	-	145.972
Sá Carvalho	123.571	14.931	-	(21.386)	-	117.116
GASMIG	444.991	23.747	-	(30.006)	-	438.732
Horizontes Energia	73.203	7.354	-	(5.939)	-	74.618
Usina Térmica Ipatinga	37.577	5.018	-	(19.903)	-	22.692
Cemig PCH	95.228	7.275	-	(15.001)	-	87.502
Cemig Capim Branco Energia	42.592	21.524	-	(30.459)	-	33.657
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	2.597	-	(2.067)	-	24.550
UTE Barreiro	23.034	4.612	-	-	-	27.646
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	1.371	-	(1.080)	-	13.441
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	(110)	-	-	968	1.097
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	1.161	-	(793)	-	10.893
Transchile	42.850	(84)	-	-	3.743	46.509
Efficientia	11.334	4.039	-	(4.229)	-	11.144
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	212	-	(626)	-	5.934
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	2.032	-	-	-	22.944
Light	1.160.184	36.021	-	-	-	1.196.205
Cemig Trading	13.008	15.455	-	(12.816)	-	15.647
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	10.836	-	(6.997)	-	136.042
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	24.379	-	(15.426)	-	316.164
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	4.774	-	(7.565)	-	70.641
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	54.619	-	(32.039)	-	695.139
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	2.911	-	(2.491)	-	45.403
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	477	-	-	-	4.730
Cemig Serviços	2.310	(1.360)	-	-	-	950
Parati	358.459	10.342	-	(857)	-	367.944
Gasmig (investimento em curso)	67.223	-	-	-	-	67.223
	11.994.523	1.263.711	-	(1.079.084)	4.602	12.183.752

- b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2012			Janeiro a junho de 2012	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.200.587	605.733	720.353
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.695.184	243.565	282.286
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.590.192	-	179.834
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.446	-	4.348
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	145.972	20.106	10.165
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	117.116	21.386	14.931
Gasmig	409.255.483	55,19	643.780	794.910	54.366	43.025
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	74.618	5.939	7.354
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	22.692	19.903	5.018
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	87.502	15.001	7.275
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	33.657	30.459	21.524
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	98.200	5.167	10.389
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	27.646	-	4.612
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	56.004	4.500	5.712
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	1.097	-	(110)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	44.461	3.237	4.741
Transchile	56.407.271	49,00	122.610	94.917	-	5
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	11.144	4.229	4.039
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.934	626	213
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	44.989	-	3.986
Cemig Trading	160.297	100,00	160	15.647	12.816	15.455
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	272.193	13.400	24.006
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	632.454	30.858	54.800
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	141.310	15.134	11.109
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	1.390.834	64.103	122.265
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	237.836	13.048	18.214
Axiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	9.652	-	972
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	950	-	(1.360)
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.471.777	3.428	38.672

Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, a ser ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, que será elaborado por instituição especializada, a ser escolhida e contratada pela Cemig.

A aquisição estará condicionada, ainda, à conclusão perfeita e completa da transferência da participação acionária na Gasmig, atualmente em nome da MGI-Minas Gerais Participações S.A., para o Estado, de modo a inexistir qualquer ônus sobre essa transação para a Cemig.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	19.873.858	(12.193.927)	7.679.931	19.052.126	(12.022.438)	7.029.688
Terrenos	421.564	-	421.564	424.728	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	8.595.362	(5.099.037)	3.496.325	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.455.710	(1.583.701)	872.009	2.319.093	(1.560.550)	758.543
Máquinas e Equipamentos	8.321.202	(5.448.457)	2.872.745	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805
Veículos	21.139	(13.595)	7.544	25.775	(16.017)	9.758
Móveis e Utensílios	58.881	(49.137)	9.744	58.741	(47.930)	10.811
Em Curso	1.023.804	-	1.023.804	1.632.103	-	1.632.103
Ativos em Formação	1.023.804	-	1.023.804	1.632.103	-	1.632.103
Imobilizado Líquido - Consolidado	20.897.662	(12.193.927)	8.703.735	20.684.229	(12.022.438)	8.661.791

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2012
Em Serviço	7.029.688	869.732	(7.647)	(211.842)	7.679.931
Terrenos	424.728	(3.164)	-	-	421.564
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.955.043	613.531	(1)	(72.248)	3.496.325
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	758.543	139.543	(21)	(26.056)	872.009
Máquinas e Equipamentos	2.870.805	119.521	(6.548)	(111.033)	2.872.745
Veículos	9.758	31	(1.077)	(1.168)	7.544
Móveis e Utensílios	10.811	270	-	(1.337)	9.744
Em Curso	1.632.103	(603.711)	(4.588)	-	1.023.804
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.661.791	266.021	(12.235)	(211.842)	8.703.735

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº 1.314/2008, de 27 de junho de 2008, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembosável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

14. INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	13.313	(12.743)	570	13.309	(12.659)	650
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	3.711	(3.147)	564	3.711	(3.064)	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	5	(2)	3
Direito Exploração de Concessão	83	(83)	-	83	(83)	-
Cemig Telecom	9.510	(9.510)	-	9.510	(9.510)	-
Em Curso	3	-	3	7	-	7
Ativos em formação	3	-	3	7	-	7
Intangível Líquido - Controladora	13.316	(12.743)	573	13.316	(12.659)	657

Consolidado	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.399.449	(7.152.473)	3.246.976	10.448.490	(6.709.432)	3.739.058
Com Vida Útil Definida						
Servidão	34.143	(1.675)	32.468	34.248	(1.585)	32.663
Concessão onerosa	51.908	(9.422)	42.486	31.974	(8.742)	23.232
Direito Exploração de Concessão	10.103.720	(6.968.720)	3.135.000	10.202.921	(6.556.363)	3.646.558
Outros	209.678	(172.656)	37.022	179.347	(142.742)	36.605
Em Curso	1.508.335	-	1.508.335	1.522.123	-	1.522.123
Ativos em formação	1.508.335	-	1.508.335	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido - Consolidado	11.907.784	(7.152.473)	4.755.311	11.970.613	(6.709.432)	5.261.181

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2012
Em Serviço	3.739.058	(60.024)	(50.675)	(244.740)	(136.643)	3.246.976
Com Vida Útil Definida						
- Servidão	32.663	-	-	(88)	(107)	32.468
- Concessão Onerosa	23.232	19.934	(1.220)	(587)	1.127	42.486
- Ativos de Concessão	3.646.558	(81.036)	(49.455)	(239.275)	(141.792)	3.135.000
- Outros	36.605	1.078	-	(4.790)	4.129	37.022
Em Curso	1.522.123	816.000	-	-	(829.788)	1.508.335
- Ativos em Formação	1.522.123	816.000	-	-	(829.788)	1.508.335
Intangível Líquido - Consolidado	5.261.181	755.976	(50.675)	(244.740)	(966.429)	4.755.311

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	225.499	198.280
Furnas	52.138	55.464
CCEE	131.102	40.326
UTE Norte Fluminense	38.186	38.392
Leilões de Energia	50.159	63.904
Outros	434.535	364.907
	931.619	761.273
Materiais e Serviços	350.402	428.575
	1.282.021	1.189.848

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS	352.945	329.696	18.091	18.091
COFINS	108.304	94.662	880	11.636
PASEP	20.287	20.742	191	2.526
INSS	20.143	24.641	1.663	2.130
Outros	23.706	46.812	964	1.357
	525.385	516.553	21.789	35.740
Não Circulante				
COFINS	681.065	683.332	-	-
PASEP	147.826	148.355	-	-
Outros	77.693	65.400	-	-
	906.584	897.087	-	-
	1.431.969	1.413.640	21.789	35.740

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente de ativos e passivos, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	146.639	86.753
Contribuição Social	67.739	42.631
	214.378	129.384

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Trimestrais.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2012			31/12/2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6	US\$	25.317	-	25.317	46.989
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	5.493	27.208	32.701	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	1.689	5.911	7.600	8.028
Tesouro Nacional (10)	2024	Diversas	US\$	2.717	13.124	15.841	16.893
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12	US\$	1.542	32.668	34.210	35.529
BNP 36 MM - Euros	2014	0,04	EURO	222	29.422	29.644	27.882
Merril Lynch - Us\$ 50 MM	2016	0,03	US\$	111	32.820	32.931	30.570
BID (16)	2022	Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa	US\$	3.806	51.712	55.518	52.902
BID (16)	2023	Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa	US\$	8.512	87.528	96.040	92.561
Outros	2019	Diversas	Diversas	8.075	3.255	11.330	11.340
Divída em Moeda Estrangeira				57.484	283.648	341.132	358.907
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 do CDI	R\$	784	197.058	197.842	
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	589.656	-	589.656	591.951
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	30.317	18.320	48.637	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	127.822	-	127.822	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	1.018.888	200.000	1.218.888	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	748.473	-	748.473	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5%do CDI	R\$	102.397	355.580	457.977	436.637
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	104.814	-	104.814	99.779
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	121.190	12.779	133.969	158.837
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	963	868	1.831	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	28.366	24.552	52.918	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.990	99.835	107.825	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	504	455	959	1.550
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	101.074	41.554	142.628	198.181
Bradesco S.A. (2)	2012	106,00 do CDI	R\$	1.044.388	-	1.044.388	990.142
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.741	362.682	365.423	372.697
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	49.740	49.740	46.896
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	21.703	514.274	535.977	502.648
Debêntures (6)	2012	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	1.754.714
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	1.353.485	-	1.353.485	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	496.938	-	496.938	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	697.212	-	697.212	-
Debêntures	2019	IPCA + 6,20	R\$	207.985	-	207.985	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.926	6.399	19.325	25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	69.891	353.589	423.480	428.238
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.759	1.462	28.221	40.451
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	88.465	60.976	149.441	161.272
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	18.711	-	18.711	40.085
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70	R\$	186.673	579.001	765.674	819.996
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.366	20.036	21.402	22.768
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	363	5.058	5.421	5.768
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00	R\$	6	13	19	22
Debêntures V (5) (6)	2014	CDI + 1,50	R\$	72.525	138.437	210.962	241.759
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35	R\$	3.308	210.496	213.804	214.400
Debêntures LIGHT ENERGIA I (5) (6)	2016	CDI + 1,45	R\$	1.240	55.580	56.820	57.074
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	1,18% do CDI	R\$	4.894	137.463	142.357	137.487
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85	R\$	35.339	121.776	157.115	149.820
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95	R\$	2.458	25.980	28.438	27.005
BNDES – (5)	2019	TJLP	R\$	59.410	291.674	351.084	371.729
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.142	8.568	11.710	13.281
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.862	56.850	77.712	88.148
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	39.539	107.716	147.255	167.035
DEBENTURES (6) (10)	2016	112,5% do CDI	R\$	7.199	24.582	31.781	35.124
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40	R\$	2.813	361.736	364.549	349.505
Debêntures (11)	2013	IPCA	R\$	143.703	76.006	219.709	207.094
BNDES – Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.452	370.536	371.988	354.783
AMAZONIA - FNO	2031	10% a.a	R\$	296	55.842	56.138	54.807
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (10)	2015	Diversas	R\$	5.609	64.011	69.620	66.932
BNDES (12)	2024	TJLP +2,15	R\$	3.180	35.380	38.560	39.961
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.178	56.226	63.404	64.784
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.874	45.036	50.910	52.109
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.563	83.675	93.238	95.267
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	35.067	160.862	195.929	210.744
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	9.234	4.592	13.826	18.462
CEF S.A (16)	2016	117,5 do CDI	R\$	2.370	7.050	9.420	10.585
DEBENTURES (16)	2017	Diversas	R\$	35.750	818.003	853.753	832.234
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAU)	2012	105,5% do CDI	R\$	702.258	-	702.258	669.132
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAU)	2012	104% do CDI	R\$	517.289	-	517.289	
BNDES (17)	2016	TJLP + 3,12	R\$	27.441	90.153	117.594	131.225
BNDES (18) Cemig Telecom	2017	Diversas	R\$	9.133	38.445	47.578	51.972
BNDES	2028	URTI+1,97	R\$	4.164	59.418	63.582	49.588
Outros	2025	Diversas	R\$	27.241	278.676	305.917	298.809
Divída em Moeda Nacional				9.012.381	6.689.000	15.701.381	15.420.162
Total Geral Consolidado				9.069.865	6.972.648	16.042.513	15.779.069

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº10 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;
- (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (10) Empréstimos e financiamentos consolidados do Grupo TBE;
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;
- (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.
- (16) Empréstimo realizado pela controlada Taesa;
- (17) Empréstimo e financiamento da Gasmig
- (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom Ativas;

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	19.851	45.918	26.465	28.515	29.392	18.896	21.291	110.884	301.212
Euro	1.066	1.689	31.110	1.689	1.689	-	-	-	37.243
UMBNDDES (**)	197	377	377	377	377	377	377	218	2.677
	21.114	47.984	57.952	30.581	31.458	19.273	21.668	111.102	341.132
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	238.082	572.767	487.766	672.818	172.220	171.376	101.303	780.142	3.196.474
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	42.272	67.322	69.486	61.090	49.601	40.034	35.362	58.899	424.066
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.971.009	1.411.463	1.361.672	686.939	401.169	721.795	35.226	90.014	8.679.287
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	7.594	11.731	-	-	-	-	-	-	19.325
URTJ/TJLP (*)	70.246	173.365	192.734	182.674	172.887	143.421	133.595	845.499	1.914.421
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	2.731	2.253	364.810	2.032	1.961	1.889	1.859	58.048	435.583
UMBNDDES (**)	18.799	33.758	33.964	34.568	32.707	12.205	5.484	16.477	187.962
Outros (IGP-DI, INPC-TR) (***)	2.666	1.268	1.539	1.374	929	220	220	-	8.216
Sem Indexador	153.483	602.903	5.095	7.524	8.460	7.204	6.746	44.632	836.047
	4.506.882	2.876.830	2.517.066	1.649.019	839.934	1.098.144	319.795	1.893.711	15.701.381
	4.527.996	2.924.814	2.575.018	1.679.600	871.392	1.117.417	341.463	2.004.813	16.042.513

- (*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.
 (**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.
 (***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
 INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2012 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2012 %
Dólar Norte-americano	7,76%	IGP-M	3,19%
Euro	5,19%	IPCA	2,32%
		CDI	4,59%
		FINEL	0,63%

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.779.069	1.030.227
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.163.081	-
Variação monetária e cambial	141.157	-
Encargos financeiros provisionados	663.423	50.584
Encargos financeiros pagos	(661.361)	(4.784)
Capitalização	16.224	-
Ajuste a Valor Presente	(2.102)	-
Amortização de financiamentos	(3.063.209)	(18.397)
Custo de Transação	(4.972)	-
Amortização de custo de transação	11.203	5.470
Saldo em 30 de junho de 2012	16.042.513	1.063.100

a) Emissão de Debêntures da Cemig GT

Em março de 2012, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

b) Emissão de Notas Promissórias pela TAESA

Em 25 de maio de 2012 a TAESA emitiu 181 (cento e oitenta e uma) notas promissórias com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo um valor total de R\$905.000 com vencimento para 20 de maio de 2013. A emissão foi aprovada por meio da AGE realizada em 23 de maio de 2012. Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 104% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Notas Promissórias foram utilizados para o pagamento do contrato de Compra e Venda de Ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A na sociedade União de Transmissoras de energia Elétrica S.A – Unisa.

c) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 30 de junho de 2012, uma cláusula da Cemig não foi atendida. Para tanto, a Companhia obteve dos seus credores, de forma antecipada a data mencionada, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2012, a Cemig Geração e Transmissão não atendeu à cláusula restritiva, Dívida/Patrimônio Líquido+Dívida. Nossa posição para esse índice em 30 de junho de 2012 foi de 62,20%, superior ao limite estabelecido de 61%, conforme mencionado acima. O consentimento de que o credor não irá exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foi obtido em datas posteriores a 30 de junho de 2012, por esse motivo os contratos cuja cláusula não foi atendida estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência da cláusula restritiva não atendida foi de R\$2.882.369.

Em 13 de agosto de 2012 a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor, de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

d) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	77.063	58.930
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	44.498	68.492
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	55.573	45.436
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.681	4.631
Eficiência Energética	155.549	147.724
Pesquisa e Desenvolvimento	209.102	216.524
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.584	4.093
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.067	7.803
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.469	22.772
Encargo de Capacidade Emergencial	49.281	49.319
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	4.411	3.500
	617.485	630.431
Passivo Circulante	390.382	368.229
Passivo Não Circulante	227.103	262.202

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	41.697	29.710	1.625	26.919	99.951
Despesa Reconhecida no Resultado	2.339	2.410	59	2.587	7.395
Contribuições Pagas	(3.220)	(1.340)	(21)	(359)	(4.940)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	40.816	30.780	1.663	29.147	102.406
Passivo Circulante	2.990	-	-	-	2.990
Passivo Não Circulante	37.826	30.780	1.663	29.147	99.416

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	846.581	355.961	567.394	30.718	486.505	2.287.159
Despesa Reconhecida no Resultado	47.500	22.435	36.247	720	30.029	136.931
Contribuições Pagas	(64.888)	(23.651)	(27.132)	(425)	(6.397)	(122.493)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	829.193	354.745	576.509	31.013	510.137	2.301.597
Passivo Circulante	60.390	36.688	-	-	-	97.078
Passivo Não Circulante	768.803	318.057	576.509	31.013	510.137	2.204.519

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2012
Trabalhistas	135.121	(7.429)	(10.646)	117.046
Cíveis				
Relações de Consumo	88.195	(1.304)	(2.214)	84.677
Outras ações cíveis	61.710	38.380	(8.378)	91.712
	149.905	37.076	(10.592)	176.389
Tributárias	117.637	1.224	(1)	118.860
Ambientais	56.635	1.649	(5.714)	52.570
Regulatórias	78.137	(8.404)	(2.351)	67.382
Outras	12.004	9.444	(241)	21.207
Total	549.439	33.560	(29.545)	553.454

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2012
Trabalhistas	58.902	(9.351)	(1.214)	48.337
Cíveis				
Relações de Consumo	35.413	(10.568)	(94)	24.751
Outras ações cíveis	16.178	12.028	(290)	27.916
	51.591	1.460	(384)	52.667
Tributárias	33.342	(4.550)	-	28.792
Ambientais	207	513	-	720
Regulatórias	38.210	(6.174)	(88)	31.948
Outras	3.700	1.575	(179)	5.096
Total	185.952	(16.527)	(1.865)	167.560

A Administração da Cemig acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$512.852 (R\$523.697 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$117.046 foram provisionados (R\$135.121 em 31 de dezembro de 2011).

Relações de Consumo

A Cemig é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$184.080 (R\$189.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$84.964 foram provisionados (R\$88.195 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre essas ações há processos relativos ao acidente ocorrido em 27 de fevereiro de 2011 na cidade de Bandeira do Sul. Vale ressaltar que a maior relevância destas ações não se relaciona, exclusivamente, aos impactos financeiros, mas, também, à exposição da imagem da Companhia.

Regulatórias – Majoração Tarifária (Plano Cruzado)

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$40.740 (R\$47.124 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$31.447 foram provisionados (R\$37.824 em 31 de dezembro de 2011).

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$76.218 (R\$79.468 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$52.570 foram provisionados pela Companhia (R\$56.635 em 31 de dezembro de 2011).

A Santo Antônio Energia constituiu provisões socioambientais relativas às estimativas dos gastos que serão incorridos a fim de mitigar os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos na Licença de Instalação nº 540 de 2008, no valor de R\$404.188 (R\$452.643 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$40.419 (R\$45.264 em 31 de dezembro de 2011). Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em Curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, provisionada no montante de R\$110.724 (R\$104.938 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$35.972 (R\$34.092 em 31 de dezembro de 2011).

A Gasmig constituiu provisão relativa a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede e da incidência sobre a base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$25.686 (R\$28.838 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$14.177 (R\$15.916 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig Distribuição, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado; a Cemig foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$398.520 (R\$434.004 em 31 de dezembro de 2011).

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor de R\$119.700, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$198.667 (R\$191.770 em 31 de dezembro de 2011).

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$145.463 (R\$140.875 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$816.796 (R\$780.723 em 31 de dezembro de 2011).

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Cemig, com o objetivo de rescindir o acórdão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Cemig, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada pela Cemig foi protocolada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$71.174 (R\$67.926 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$347.144 (R\$423.856 em 31 de dezembro de 2011).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia é parte em processo administrativo que envolve pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, indetificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária, no valor aproximado, de R\$389.027 (R\$296.377 em 31 de dezembro de 2011).

PIS/COFINS

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões e despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência era de R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos nossos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência era de R\$41.039 em 31 de dezembro de 2011, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos nossos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cemig D referente à tributação na CSLL do período de apuração 2008/2009, por contestar a constituição de crédito tributário em relação a doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa, realizada pela Companhia com base em pareceres emitidos por seus consultores e assessores jurídicos. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$61.745.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.039.813 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig é ré em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$1.159.035 (R\$1.183.402 em 31 de dezembro de 2011).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$129.710 (R\$123.900 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$127.790 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$151.975 (R\$1.061.804 em 31 de dezembro de 2011). A variação ocorrida deve-se ao recálculo realizado pela área técnica, com colaboração de consultores jurídicos especializados, onde foram adotados novos critérios para mensurar os possíveis impactos financeiros caso ocorra uma mudança no critério de reajuste homologado pela ANEEL.

Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada provável, que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, em 31 de dezembro de 2011, reconhecidas pela Light SESA, correspondem a: exigência do IRPJ e da CSL sobre os lucros auferidos pela LIR e LOI desde 1996; não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos; multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de baixa-renda; ICMS sob perdas comerciais; Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos – TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; Auto de Infração para cobrar ICMS, em razão da utilização de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. na aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Essas causas somam R\$1.041.760 (R\$859.568 em 31 de dezembro de 2011), valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$631.065 (R\$515.825 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que

possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$199.340 (R\$195.263 em 31 de dezembro de 2011), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$4.265.091, representado por 372.837.085 ações ordinárias e 480.181.143 preferenciais ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Em 27 de abril de 2012, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no primeiro semestre de 2012 e 2011 foram de R\$1,67 e R\$1,54 respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

O número médio ponderado de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Média Ponderada de ações	30/06/2012	30/06/2011
Saldo em 1º de janeiro		
Ações ordinárias	298.269.668	298.269.668
Ações preferenciais	384.144.914	384.144.914
	682.414.582	682.414.582
Efeito de emissão de ações em abril de 2012		
Ações ordinárias	74.567.417	-
Ações preferenciais	96.036.229	-
	170.603.646	-
Média ponderada de ações em 30 de junho		
Ações ordinárias	323.125.474	298.269.668
Ações preferenciais	416.156.990	384.144.914
	739.282.464	682.414.582

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	9.254.444	8.013.119
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.031.824	903.585
Receita de Transmissão	746.225	642.290
Receita de Construção de Distribuição	639.742	660.359
Receita de Construção de Transmissão	60.028	35.994
Outras Receitas Operacionais (b)	637.599	486.277
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (c)	(3.807.527)	(3.347.302)
Receita Operacional Líquida	8.562.335	7.394.322

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Residencial	5.786.130	5.449.537	3.097.815	2.612.522
Industrial	12.629.659	12.747.757	2.207.014	2.083.263
Comércio, Serviços e Outros	3.968.559	3.541.497	1.747.091	1.476.599
Rural	1.273.323	1.148.382	356.668	316.140
Poder Público	670.922	608.034	297.525	258.655
Iluminação Pública	724.336	666.924	192.563	167.278
Serviço Público	760.213	708.963	222.900	199.443
Subtotal	25.813.142	24.871.094	8.121.576	7.113.900
Consumo Próprio	31.381	29.471	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	7.757	33.648
	25.844.523	24.900.565	8.129.333	7.147.548
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	6.711.378	6.821.812	827.635	759.658
Transações com energia na CCEE	2.919.162	3.168.752	281.963	99.513
Vendas no Proinfa	51.307	25.578	15.513	6.400
Total	35.526.370	34.916.707	9.254.444	8.013.119

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 2,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85%.

b) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de Gás	338.813	268.782
Serviço Taxado	8.385	7.933
Serviço de Telecomunicações	80.010	77.737
Prestações de Serviços	59.795	50.717
Aluguel e Arrendamento	49.512	35.362
Subvenções (*)	97.025	45.025
Outras	4.059	721
	637.599	486.277

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.943.773	1.710.308
COFINS	811.941	719.469
PIS-PASEP	176.427	156.215
Outros	3.286	2.525
	2.935.427	2.588.517
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	146.066	91.696
Programa de Eficiência Energética – PEE	11.611	20.143
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	289.941	245.275
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	341.891	335.546
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	23.078	18.575
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	19.865	16.337
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	9.925	8.167
Encargos de Capacidade Emergencial	12.690	8.520
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	17.033	14.526
	872.100	758.785
	3.807.527	3.347.302

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal (a)	652.126	604.170	21.977	25.145
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	118.355	24.090	8.924	(1.714)
Obrigações Pós-emprego	69.874	61.775	5.055	4.218
Materiais	33.938	47.230	54	84
Serviços de Terceiros (b)	510.608	468.974	5.700	2.920
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.531.579	2.092.104	-	-
Depreciação e Amortização	482.715	476.130	185	176
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	95.535	74.349	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais (d)	96.533	106.826	(16.656)	763
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	485.189	382.250	-	-
Gás Comprado para Revenda	217.878	142.831	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura	697.843	695.438	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	178.873	165.283	16.785	8.158
	6.171.046	5.341.450	42.024	39.750

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Remunerações e Encargos	586.199	547.055	22.774	18.413
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	33.242	30.924	2.106	1.883
Benefícios Assistenciais	64.897	61.343	1.982	1.891
	684.338	639.322	26.862	22.187
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	15.024	10.219	254	3.166
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(47.236)	(45.371)	(5.139)	(208)
	(32.212)	(35.152)	(4.885)	2.958
	652.126	604.170	21.977	25.145

b) Serviço de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	86.931	70.122	-	-
Comunicação	49.262	58.122	503	881
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos				
Elétricos	122.998	93.901	41	19
Conservação e Limpeza de Prédios	35.047	30.477	49	23
Mão de Obra Contratada	15.401	8.222	315	38
Frete e Passagens	5.780	4.670	808	604
Hospedagem e Alimentação	8.372	10.106	163	107
Vigilância	11.027	10.221	-	-
Consultoria	24.983	6.394	2.200	245
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	18.280	19.873	18	38
Manutenção e Conservação de Veículos	5.443	13.463	19	17
Corte e Religação	19.331	22.769	-	-
Meio Ambiente	12.653	11.840	21	-
Serviços de Reprografia	4.439	3.860	29	105
Serviços de Poda de Árvores	11.732	11.271	-	-
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	5.880	3.389	1.132	119
Limpeza de Faixas	16.407	15.943	-	-
Outros	56.642	74.331	402	724
	510.608	468.974	5.700	2.920

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Energia de Itaipu Binacional	513.724	434.950
Energia de curto prazo	356.068	170.246
PROINFA	131.663	98.690
Contratos Bilaterais	290.900	242.662
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.175.865	1.003.729
Energia adquirida no Ambiente Livre	260.343	306.378
Créditos de PASEP-COFINS	(196.984)	(164.551)
	2.531.579	2.092.104

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Prêmio de Aposentadoria	(1.761)	3.985	34	(248)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	77.269	64.247	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	(5.841)	5.444	(9.351)	-
Cíveis	25.875	(6.647)	1.460	(14.394)
Tributárias	(4.417)	-	(4.713)	-
Ambientais	1.650	-	513	-
Regulatórias	(9.350)	19.451	(6.174)	12.076
Outras	13.108	20.346	1.575	3.329
	21.025	38.594	(16.690)	1.011
	96.533	106.826	(16.656)	763

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Arrendamentos e Aluguéis	51.769	44.521	389	416
Propaganda e Publicidade	4.320	7.680	135	357
Consumo Próprio de Energia Elétrica	7.280	11.646	-	-
Subvenções e Doações	10.830	9.231	632	444
Taxa de Fiscalização da ANEEL	23.339	22.670	-	-
Taxa de Licenciamento - TFDR (*)	7	14.991	-	-
Concessão Onerosa	12.074	11.178	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	22.198	10.473	224	84
Seguros	5.138	4.701	812	421
Anuidade CCEE	2.739	3.248	1	2
FORLUZ - Custeio Administrativo	11.296	6.434	555	381
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	7.083	6.708	43	2
Outras Despesas	20.800	11.802	13.994	6.051
	178.873	165.283	16.785	8.158

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	137.451	198.171	18.316	15.184
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	84.359	77.878	-	-
Variações Monetárias	23.837	50.200	4.506	2.715
Variações Monetárias de Depósito Judicial (nota 11)	10.767	-	10.767	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	78.291	79.358	-	-
Variações Cambiais	30.273	16.047	-	33
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1.109)	(797)	(1.096)	(786)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	25.386	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	1.596	1.746	-	-
Rendas FIDC	-	-	36.285	25.515
Outras	53.919	19.836	4.067	3.239
	444.770	442.439	72.845	45.900
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(663.987)	(668.201)	(56.053)	(23.728)
Variações Cambiais	(58.799)	(3.328)	(5)	(3)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(80.070)	(96.166)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(13.075)	(13.140)	-	-
Variação Monetária – P&D e PEE	(13.470)	(17.264)	-	-
Variação Monetária - Outras	(26.029)	(8.683)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(13.527)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(67.057)	(62.703)	(2.339)	(3.091)
Outras	(86.995)	(53.450)	(570)	(2.220)
	(1.009.482)	(936.462)	(58.967)	(29.042)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(564.712)	(494.023)	13.878	16.858

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	4.146	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	352.781	109.215	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	216	10.834	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	20	20	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	166.733	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	133	7.018	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	19.214	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	30.006	21.329	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.289	8.918	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.751	4.729	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (2)	7.576	6.657	-	-	46.593	43.150	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	6.617	25.016	-	-	-	-	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	113.443	118.353	341.928	325.201	(1.549.640)	(1.049.284)	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (5)	1.819.052	1.830.075	-	-	42.006	53.843	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	238.292	211.976	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	144.171	265.700	-	-	-	-
Debêntures (6)	-	-	49.740	46.896	-	-	(2.845)	(7.131)
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	14.275	14.900	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	97.078	100.591	-	-	(69.874)	(61.775)
Despesa de Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(33.242)	(30.924)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(11.296)	(6.434)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	2.204.519	2.186.568	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	11.152	20.658	-	-	(20.680)	(10.443)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (3) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) As operações com ICMS registradas nas Informações Contábeis Intermediárias referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (5) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (6) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste, Transleste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 19 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (9) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de junho de 2012 e 2011 é conforme segue:

	30/6/2012	30/6/2011
Remuneração	4.724	4.107
Participação nos Resultados	721	311
Benefícios Pós Emprego	383	226
Benefícios Assistenciais	77	49
Total	5.905	4.693

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 10, 16, 17, 19, 22 e 23.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego, Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	88.059	88.059	157.890	157.890
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.700.970	2.700.970	2.708.316	2.708.316
Concessionários – Transporte de Energia	464.669	464.669	427.060	427.060
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.819.052	1.819.052	1.830.075	1.830.075
Ativos Financeiros da Concessão	10.742.693	10.742.693	9.897.857	9.897.857
	15.815.443	15.815.443	15.021.198	15.021.198
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	184.531	184.531	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.247.211	2.247.211	2.704.600	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários	835.964	835.964	358.987	358.987
	3.083.175	3.083.175	3.063.587	3.063.587
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	17.763	17.763	-	-
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.295.201	1.295.201	1.196.637	1.196.637
Obrigações Pós-Emprego	2.301.597	2.301.597	2.287.159	2.287.159
Concessões a Pagar	169.030	169.030	137.687	137.687
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.042.513	16.082.019	15.779.069	15.767.142
	19.808.341	19.847.847	19.400.552	19.388.625
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	-	-	25.143	39.410

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a

Companhia possuía, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos	301.212	318.947
Fornecedores - Eletrobrás – Energia de Itaipu	225.499	198.280
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(17.440)	(32.312)
	509.271	484.915
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro	37.243	37.299
UMBNDDES (**)	2.677	2.661
Passivo Líquido Exposto	39.920	39.960
	549.191	524.875

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2013 será de 5,49% para o Dólar (R\$1,910) e de 7,42% para o Euro (R\$2,371). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	301.212	284.671	355.839	427.007
Fornecedores - Eletrobrás – Energia de Itaipu	225.499	213.116	266.395	319.674
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(17.440)	(16.482)	(20.603)	(24.723)
	509.271	481.305	601.631	721.958
Outras Moedas Estrangeiras				
Euro	37.243	34.481	43.101	51.721
Outras	2.677	2.478	3.098	3.718
	39.920	36.959	46.199	55.439
Passivo Líquido Exposto	549.191	518.264	647.830	777.397
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		30.927	(98.639)	(228.206)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$239.621 em 30 de junho de 2012, (R\$207.489, em 31 de dezembro de 2011).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.247.211	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.020.495	358.987
Fundos Vinculados	52.238	3.386
	<u>3.319.944</u>	<u>3.066.973</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	(8.679.287)	(9.274.474)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(17.440)	(32.312)
	<u>(9.296.727)</u>	<u>(9.906.786)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(5.976.783)</u>	<u>(6.839.813)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2013 será de 7,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável SELIC 7,50%	Cenário Possível SELIC 9,38%	Cenário Remoto SELIC 11,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.247.211	2.415.752	2.457.887	2.500.022
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.020.495	1.097.032	1.116.166	1.135.301
Fundos Vinculados	52.238	56.156	57.135	58.115
	<u>3.319.944</u>	<u>3.568.940</u>	<u>3.631.188</u>	<u>3.693.438</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(8.679.287)	(9.330.234)	(9.492.970)	(9.655.707)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(643.200)	(654.000)	(667.500)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(17.440)	(18.748)	(19.075)	(19.402)
	<u>(9.296.727)</u>	<u>(9.992.182)</u>	<u>(10.166.045)</u>	<u>(10.342.609)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(5.976.783)</u>	<u>(6.423.242)</u>	<u>(6.534.857)</u>	<u>(6.649.171)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(446.459)</u>	<u>(558.074)</u>	<u>(672.388)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída no primeiro semestre de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$77.269.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em três fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. A Cemig e sua controlada Cemig Geração e Transmissão não atendeu a cláusulas restritivas, portanto, obteve junto ao credor, consentimento formal de que não exigirá vencimento antecipado da obrigação. As cláusulas restritivas são exigidas semestralmente conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 das Informações Contábeis Intermediárias.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os processos de gestão de riscos corporativos interagem com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	674.129	409.318	4.429.948	6.300.789	3.417.716	15.231.900
Concessões a pagar	245	4.232	10.724	49.393	85.210	149.804
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.189	149.324	551.010	14.110	45.980	810.613
	<u>724.563</u>	<u>562.874</u>	<u>4.991.682</u>	<u>6.364.292</u>	<u>3.548.906</u>	<u>16.192.317</u>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.249.773	579.001	-	1.828.774

* Custo de Transação (CPC 08), a ser apropriado mensalmente no período contratual, sendo que nestes intervalos não haverá pagamento de juros, e nem de principal.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig e controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 30 de junho de 2012, no montante de R\$25.386 (perda no montante de R\$13.527 em 30 de junho de 2011), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela TAESA. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada indireta em conjunto Madeira, a Companhia possui hedge de fluxo de caixa destinado a proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo ou passivo ou a uma transação futura altamente provável que podem impactar, de forma significativa, o resultado da Companhia. Trimestralmente são realizadas análises, pela controlada, com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada Light. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta Light SESA é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição, Madeira Energia, TAESA e Light em 30 de junho de 2012.

				Perda não realizada						Efeito acumulado	
Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/06/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/06/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/06/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/06/2012	30/06/2012
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.414	US\$17.226	(22.472)	(47.611)	(23.568)	(48.351)	-	(24.009)
Taxa de 11,47% a a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	15.912	7.580	41.008	22.587	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	951	618	951	618	306	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
TAESA											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	27.561	27.561	92	153	92	153	-	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	3.028	3.028	3	6	3	6	-	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	39.188	39.188	77	239	77	239		-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	3.072	3.072	429	470	429	470		-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	3.229	3.229	334	511	334	511		-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	2.743	2.743	-	112	-	112		-
Light											
101,9% CDI + (TJLP -6%)	Taxa de 0,85% + CDI	Em 10/2012	Swap	R\$150.000	R\$150.000	247	57	1.188	62	-	-
US\$ + variação entre (2,20% a 3,58%)	100% CDI	Entre 09/2012 a 04/2014	Swap	US\$14.437	US\$9.427	825	(16)	2.239	(10)	-	-
Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10/2014	Swap	US\$0.000	US\$0.000	5.143	1.562	3.743	1.172	-	-
Euro + 4,6823%	100% CDI + 1,30%	10/2014	Swap	€34.969	€34.969	1.581	(313)	1.813	(317)	-	-
						3.122	(36.629)	51.877	(22.745)	306	(24.009)

(*) Empresas controladas da TAESA

- Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- Valores em Milhares de reais
- Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Jun/12)

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima em um cenário provável em 30 de junho de 2013 que a taxa do CDI será de 7,50% e a depreciação cambial da moeda estrangeira em relação ao Real será de 5,49% para o Dólar (R\$1,910).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do dólar de 25% e 50% em relação a 30 de junho de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2013 seria de 9,38% e 11,25% respectivamente.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	17.440	18.748	19.075	19.402
Efeito Líquido da Variação da CDI		(1.308)	(1.635)	(1.962)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	17.440	16.482	20.603	24.723
Efeito Líquido da Variação do US\$		958	(3.163)	(7.283)
Efeito Líquido		(2.266)	1.528	5.321

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/06/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	643.200	654.000	664.800
Efeito Líquido da Variação do CDI		(43.200)	(54.000)	(64.800)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação do US\$		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		25.620	14.820	4.020

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital é apresentada a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Total do Passivo	24.659.039	25.612.798
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.335.270)	(2.862.490)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(1.020.495)	(358.987)
(-) Fundos Vinculados	(52.238)	(3.386)
Passivo Líquido	21.251.036	22.387.935
Total do Patrimônio Líquido	12.897.884	11.744.948
(-) Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a Resultados Abrangentes	(9.594)	(5.354)
Capital Ajustado	12.888.290	11.739.594
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,65	1,91

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2012	Valor justo em 30 de junho de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	604.280	-	604.280	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	103	103	-	-
Letras Financeiras - Bancos	151.007	-	151.007	-
Outros	80.574	-	80.574	-
	835.964	103	835.861	-
Fundos Vinculados	52.238	-	52.238	-
Contratos de Swaps	17.763	-	17.763	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *Swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *Swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do *Swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO – REQUERIMENTO

A Cemig GT, através de correspondência enviada à Aneel em 03 de julho de 2012, requereu a renovação pelo prazo de 20 anos do seu contrato de concessão de transmissão das instalações classificadas como integrantes da Rede Básica, atendendo ao previsto nestes contratos de manifestação em até 36 meses antes do início do término do prazo dos contratos.

A Companhia entende que atende às exigências legais da Portaria DNAEE nº 91, de 10 de abril de 1996, que a habilitam à pretendida prorrogação da concessão, devendo ainda serem avaliados os eventuais impactos decorrentes de alterações na legislação federal relacionada ao processo de renovação das concessões.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissões de notas promissórias da Cemig Distribuição

A Cemig Distribuição realizou, no dia 02 de julho de 2012, sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor total de R\$640 milhões.

Foram emitidas 64 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10 milhões de reais (“Notas Promissórias”), com vencimento em 27 de junho de 2013. O valor nominal unitário das Notas Promissórias não será atualizado. As Notas Promissórias serão remuneradas por juros correspondentes a 104,08% da Taxa DI. As Notas Promissórias contarão com aval da Cemig.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de junho de 2012. Os recursos captados com a Oferta serão destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados, pagamento de dívida(s) contraída(s) e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

O BB - Banco de Investimento S.A. foi o Coordenador Líder da Oferta.

BNDESPAR ingressará no Capital Social da Renova Energia

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia e a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressará no capital social da Renova Energia por meio de um investimento de até R\$314.700 e terá direito a eleger um membro do Conselho de Administração, mas não fará parte do bloco de controle da Renova Energia.

Aprovação de emissões de debêntures da Light

O Conselho de Administração aprovou a realização da 8ª emissão de debêntures simples da Controlada Light SESA, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, perfazendo o montante de R\$470.000, a qual será objeto de oferta privada de distribuição. A data de emissão será determinada até 30 de setembro de 2012.

O Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples da Controlada Light Energia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, perfazendo o montante total de R\$30.000, a qual será objeto de oferta privada de distribuição. A data de emissão será determinada até 30 de setembro de 2012.

Extinção de Subsidiárias no Exterior da Light

Em 07 de agosto de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("Carf") julgou o caso relativo às subsidiárias no exterior Light Overseas Investment Limited ("LOI") e LIR Energy Limited ("LIR"), extintas em 2008 e 2010, respectivamente. Com o julgamento favorável à subsidiária Light Serviços de Eletricidade ("Light SESA"), foi extinta a autuação no montante atualizado de R\$529,4 milhões, incluindo multa e correção monetária.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 03 de julho de 2012, a TAESA concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.865, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$903.910, que contempla a variação acumulada da SELIC até a data da conclusão da operação, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Nova emissão de ações pela TAESA

No dia 19 de Julho de 2012, a TAESA concluiu uma oferta de pública de 24 milhões de UNITS, com um lote suplementar de 3 milhões de UNITS, totalizando 27 milhões de UNITS, emitidos ao preço de R\$65,00. Durante o roadshow da oferta foram abordados mais de 160 investidores institucionais, realizadas mais de 80 reuniões individuais em 9 cidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Essa oferta marca o começo de uma nova fase da Companhia e os recursos obtidos suportarão o plano de crescimento da TAESA baseado na disciplina financeira e em ativos de alta qualidade.

Nesta mesma data, a Reunião do Conselho de Administração da TAESA aprovou, por unanimidade:

- a fixação do preço de emissão de R\$65,00 por Unit objeto da Oferta (“Preço por Unit”). O Preço por Unit foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”) conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Unit, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da TAESA e que o valor de mercado das Units a serem subscritas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Units no contexto da Oferta.

- o aumento do capital social da TAESA, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.560.000, o qual passará de R\$1.312.535 para R\$2.872.535, mediante a emissão de 72.000.000 ações, sendo 24.000.000 ações ordinárias e 48.000.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da TAESA de 263.498.907 ações, sendo 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, para 335.498.907 ações, sendo 227.517.711 ações ordinárias e 107.981.196 ações preferenciais, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Contrato de Venda de Longo Prazo no Ambiente Livre

A Cemig Geração e Transmissão assinou no dia 01 de agosto de 2012, contratos de fornecimento de energia elétrica para unidades industriais da Samarco Mineração, localizadas em Minas Gerais e Espírito Santo. Com a assinatura destes contratos a Cemig fornecerá montantes escalonados de energia entre 2014 e 2022. O valor aproximado dos contratos é de R\$2,1 bilhões, configurando-se como um dos maiores acordos já realizados no “Ambiente de Contratação Livre” no Brasil.

Liberação de início de operação da unidade geradora 3 da UHE Santo Antônio

Através do Despacho nº 2.181, de 2 de julho de 2012, o Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº433, de 26 de agosto de 2003, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003984/2008-31, resolve liberar a unidade geradora 3, de 69.590 kW, da UHE Santo Antônio, para início de operação comercial a partir do dia 3 de julho de 2012, quando a energia produzida pela Unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2012												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	15.047.799	15.777.369	10.950.232	2.846.858	1.360.491	837.105	424.710	172.845	149.142	1.413.539	(11.423.167)	37.556.923
Caixa e Equivalentes de Caixa	142.982	1.691.954	306.574	136.302	30.944	22.635	93.946	4.711	5.003	141.209	(240.990)	2.335.270
Contas a Receber	-	671.255	1.964.733	402.298	35.991	156.927	-	6.579	3.380	121.792	(165.373)	3.197.582
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	149.485	517.624	35.239	4.034	-	12.851	-	5.648	6.371	48.710	240.533	1.020.495
Tributos	528.093	315.294	1.034.458	296.762	12.508	70.009	35.150	-	58	18.645	(114)	2.310.863
Outros Ativos	2.041.307	351.038	1.435.078	170.546	59.260	32.600	34.836	4.258	347	91.999	74.525	4.295.794
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.185.932	12.230.204	6.174.150	1.836.916	1.221.788	542.083	260.778	151.649	133.983	991.184	(11.331.748)	24.396.919
PASSIVO	15.047.799	15.777.369	10.950.232	2.846.858	1.360.491	837.105	424.710	172.845	149.142	1.413.539	(11.423.167)	37.556.923
Fornecedores e suprimentos	7.317	170.492	865.245	190.545	13.148	40.474	6.117	495	3.589	55.313	(57.535)	1.295.200
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	1.063.100	8.556.006	3.660.963	1.056.878	376.187	117.594	105.898	-	-	342.953	762.934	16.042.513
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	681.439	166.715	352.781	-	20.753	31.019	-	12.290	10.053	71.813	(671.966)	674.897
Obrigações Pós-Emprego	102.406	441.606	1.402.837	284.717	-	-	-	-	-	70.031	-	2.301.597
Tributos	21.788	635.867	1.043.589	152.841	112.201	30.266	14.834	40.189	1.200	161	-	2.052.936
Outros Passivos	273.865	606.096	929.633	275.072	38.851	179.020	10.415	2.755	2.142	100.810	(126.763)	2.291.896
Patrimônio Líquido	12.897.884	5.200.587	2.695.184	886.805	799.351	438.732	287.446	117.116	132.158	772.458	(11.329.837)	12.897.884
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	161	2.450.642	4.471.887	964.917	170.761	269.288	66.644	29.071	19.645	385.747	(266.428)	8.562.335
Custos e Despesas Operacionais	(42.024)	(1.045.375)	(3.898.100)	(830.775)	(25.537)	(238.455)	(54.620)	(6.739)	(9.228)	(286.621)	266.428	(6.171.046)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(242.505)	(1.780.889)	(490.559)	-	-	-	(2)	(1.924)	(123.856)	108.156	(2.531.579)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(130.957)	(391.911)	(65.616)	-	-	-	-	(1.432)	(17.377)	122.104	(485.189)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(217.878)	-	-	-	-	-	(217.878)
Custo de construção	-	(45.677)	(542.426)	(78.105)	(11.365)	-	-	-	-	(20.270)	-	(697.843)
Pessoal	(21.977)	(158.363)	(386.312)	(37.266)	(5.193)	(8.650)	(16.095)	(731)	(854)	(16.685)	-	(652.126)
Participações dos Empregados no Resultado	(8.924)	(29.432)	(78.828)	-	-	-	(20)	(196)	(50)	(905)	-	(118.355)
Obrigações Pós-Emprego	(5.055)	(14.996)	(46.944)	(2.311)	-	-	-	-	-	(568)	-	(69.874)
Materiais	(54)	(8.210)	(21.895)	(2.314)	385	(549)	(102)	(92)	(163)	(944)	-	(33.938)
Serviços de Terceiros	(5.700)	(90.067)	(325.044)	(52.161)	(6.764)	(3.069)	(11.110)	(1.335)	(1.651)	(27.762)	14.055	(510.608)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(91.858)	-	-	-	-	-	(1.288)	(575)	(1.814)	-	(95.535)
Depreciação e Amortização	(185)	(180.686)	(176.471)	(45.006)	(687)	(8.644)	(18.098)	(2.751)	(2.102)	(48.085)	-	(482.715)
Provisões Operacionais	16.656	(6.664)	(53.121)	(44.577)	-	1.859	(10)	32	(1)	(10.707)	-	(96.533)
Outras Despesas Líquidas	(16.785)	(45.960)	(94.259)	(12.860)	(1.913)	(1.524)	(9.185)	(376)	(476)	(17.648)	22.113	(178.873)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(41.863)	1.405.267	573.787	134.142	145.224	30.833	12.024	22.332	10.417	99.126	-	2.391.289
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.263.711	(1.458)	-	-	(177)	(2.816)	-	-	-	(2.038)	(1.258.680)	(1.458)
Receita Financeira	72.845	118.769	149.113	26.514	2.140	13.494	5.264	618	676	55.337	-	444.770
Despesa Financeiro	(84.925)	(452.115)	(293.220)	(90.784)	(33.074)	(6.459)	(6.029)	(346)	(57)	(42.473)	-	(1.009.482)
Resultado antes do IR e CSLL	1.209.768	1.070.463	429.680	69.872	114.113	35.052	11.259	22.604	11.036	109.952	(1.258.680)	1.825.119
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(400.664)	(265.658)	(24.198)	(18.360)	(11.305)	(5.009)	(8.262)	(875)	(24.944)	-	(759.275)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(106)	50.554	118.264	1.196	1.963	-	(1.901)	589	5	(788)	-	169.776
Resultado do Período	1.209.662	720.353	282.286	46.870	97.716	23.747	4.349	14.931	10.166	84.220	(1.258.680)	1.235.620

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2012												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	13.900.756	14.830.131	10.381.968	2.534.917	1.303.915	864.523	410.886	188.569	155.801	981.057	(10.617.050)	34.935.473
Caixa e Equivalentes de Caixa	135.211	1.600.997	681.488	113.862	29.309	64.875	72.607	12.272	15.613	310.874	-	3.037.108
Contas a Receber	-	524.792	1.844.157	408.779	32.400	155.891	-	4.217	3.180	50.361	(168.182)	2.855.595
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	-	710.615	605	2.911	-	-	-	-	-	1.284	-	715.415
Tributos	427.824	698.863	1.182.121	326.972	7.878	77.618	43.910	10.862	88	33.276	-	2.809.412
Outros Ativos	1.987.929	291.370	1.254.461	139.924	50.618	27.763	23.625	4.105	39	43.917	61.240	3.884.991
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.349.792	11.003.494	5.419.136	1.542.469	1.183.710	538.376	270.744	157.113	136.881	541.345	(10.510.108)	21.632.952
PASSIVO	13.900.756	14.830.131	10.381.968	2.534.917	1.303.915	864.523	410.886	188.569	155.801	981.057	(10.617.050)	34.935.473
Fornecedores e suprimentos	1.486	148.791	751.482	143.196	4.305	29.451	9.775	1.246	2.322	16.986	(56.313)	1.052.727
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	408.917	7.691.798	3.360.257	781.215	428.903	144.238	88.650	-	-	117.278	857.744	13.879.000
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	624.563	610.944	5.823	-	9.320	16.268	7.225	16.310	14.650	61.631	(745.918)	620.816
Obrigações Pós-Emprego	98.462	437.234	1.388.717	270.904	-	-	-	-	-	18.311	-	2.213.628
Tributos	21.435	926.060	1.269.171	170.928	103.373	28.667	9.699	50.645	1.442	39.147	-	2.620.567
Outros Passivos	288.845	463.048	916.152	301.431	38.285	178.002	7.426	2.821	2.851	57.243	(164.416)	2.091.688
Patrimônio Líquido	12.457.048	4.552.256	2.690.366	867.243	719.729	467.897	288.111	117.547	134.536	670.461	(10.508.147)	12.457.047
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	183	2.054.457	4.082.391	905.080	123.914	211.882	62.200	24.429	19.057	135.014	(224.285)	7.394.322
Custos e Despesas Operacionais	(39.750)	(956.250)	(3.484.593)	(776.804)	(32.335)	(164.572)	(50.234)	(6.366)	(7.044)	(53.986)	230.484	(5.341.450)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(281.362)	(1.463.718)	(435.579)	-	-	-	(92)	(244)	(13.925)	102.816	(2.092.104)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(114.858)	(318.811)	(58.141)	-	-	-	(4)	(1.392)	(6.082)	117.038	(382.250)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(142.831)	-	-	-	-	-	(142.831)
Custo de construção	-	(28.182)	(572.165)	(85.037)	(6.108)	-	-	-	-	(3.946)	-	(695.438)
Pessoal	(25.145)	(144.978)	(369.290)	(35.871)	(4.673)	(8.276)	(8.938)	(562)	(661)	(5.776)	-	(604.170)
Participações dos Empregados no Resultado	1.714	(5.093)	(20.043)	-	-	-	(516)	(109)	(40)	(3)	-	(24.090)
Obrigações Pós-Emprego	(4.218)	(13.892)	(43.665)	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.775)
Materiais	(84)	(9.424)	(33.218)	(3.227)	260	(491)	(190)	(109)	(92)	(655)	-	(47.230)
Serviços de Terceiros	(2.920)	(65.665)	(315.870)	(55.269)	(7.303)	(2.820)	(10.231)	(1.055)	(1.476)	(10.796)	4.431	(468.974)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(70.434)	-	-	-	-	-	(1.375)	(618)	(1.922)	-	(74.349)
Depreciação e Amortização	(176)	(184.169)	(189.595)	(47.752)	(12.957)	(10.185)	(18.106)	(2.821)	(2.193)	(8.176)	-	(476.130)
Provisões Operacionais	(763)	(1.725)	(63.126)	(41.852)	-	-	(8)	(8)	(81)	737	-	(106.826)
Outras Despesas Líquidas	(8.158)	(36.468)	(95.092)	(14.076)	(1.554)	31	(12.245)	(231)	(247)	(3.442)	6.199	(165.283)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(39.567)	1.098.207	597.798	128.276	91.579	47.310	11.966	18.063	12.013	81.028	6.199	2.052.872
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.069.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.069.753)	-
Receita Financeira	45.900	137.841	136.583	78.505	11.815	14.094	4.010	350	449	12.892	-	442.439
Despesa Financeiro	(29.042)	(469.333)	(259.008)	(126.846)	(30.407)	(8.244)	(5.568)	(241)	(46)	(7.727)	-	(936.462)
Resultado antes do IR e CSLL	1.047.044	766.715	475.373	79.935	72.987	53.160	10.408	18.172	12.416	86.193	(1.063.554)	1.558.849
Imposto de Renda e Contribuição Social	123	(258.506)	(192.099)	(24.196)	(14.466)	(16.615)	(2.955)	(6.881)	(660)	(26.998)	-	(543.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.041	3.463	30.193	(573)	(4.453)	-	2.320	723	(112)	10	-	33.612
Resultado do Período	1.049.208	511.672	313.467	55.166	54.068	36.545	9.773	12.014	11.644	59.205	(1.063.554)	1.049.208

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais gestores das operações da Companhia, considerando os segmentos operacionais de Geração e Transmissão para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a estes segmentos e para a avaliação de seus desempenhos de forma individualizada. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 30/06/2012								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.444.731	9.567.209	13.672.042	837.105	424.710	1.703.475	(1.092.349)	37.556.923
INVESTIMENTO	713.029	36.220	234.585	7.017	10.166	(4.081)	-	996.936
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.217.892	667.442	5.498.501	269.288	66.644	109.096	(266.528)	8.562.335
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(254.878)	-	(2.323.861)	-	-	(60.996)	108.156	(2.531.579)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(139.931)	(105)	(473.667)	-	-	-	128.514	(485.189)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(217.878)	-	-	-	(217.878)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(394.809)	(105)	(2.797.528)	(217.878)	-	(60.996)	236.670	(3.234.646)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(99.441)	(71.712)	(424.975)	(8.650)	(16.095)	(31.253)	-	(652.126)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(18.861)	(10.817)	(78.828)	-	(20)	(9.829)	-	(118.355)
Obrigação Pós-Emprego	(10.077)	(4.919)	(49.823)	-	-	(5.055)	-	(69.874)
Materiais	(5.011)	(3.386)	(24.181)	(549)	(102)	(709)	-	(33.938)
Serviços de Terceiros	(67.669)	(45.949)	(378.511)	(3.069)	(11.110)	(18.355)	14.055	(510.608)
Depreciação e Amortização	(236.620)	(422)	(218.425)	(8.644)	(18.098)	(506)	-	(482.715)
Provisões Operacionais	(6.322)	(570)	(108.328)	1.859	(10)	16.838	-	(96.533)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(95.535)	-	-	-	-	-	-	(95.535)
Custo de Construção	-	(58.101)	(639.742)	-	-	-	-	(697.843)
Outras	(37.568)	(18.668)	(102.036)	(1.524)	(9.185)	(25.695)	15.803	(178.873)
Total Custo de Operação	(577.104)	(214.544)	(2.024.849)	(20.577)	(54.620)	(74.564)	29.858	(2.936.400)
CUSTO TOTAL	(971.913)	(214.649)	(4.822.377)	(238.455)	(54.620)	(135.560)	266.528	(6.171.046)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.245.979	452.793	676.124	30.833	12.024	(26.464)	-	2.391.289
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.458)	-	-	-	-	-	-	(1.458)
Receita Financeira	63.016	72.446	213.794	13.494	5.264	76.756	-	444.770
Despesa Financeiro	(211.470)	(303.388)	(421.583)	(6.459)	(6.029)	(60.553)	-	(1.009.482)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.096.067	221.851	468.335	37.868	11.259	(10.261)	-	1.825.119
Imposto de Renda e Contribuição Social	(384.619)	(62.541)	(291.118)	(11.305)	(5.009)	(4.683)	-	(759.275)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.094	10.905	132.443	-	(1.901)	(1.765)	-	169.776
RESULTADO DO EXERCÍCIO	741.542	170.215	309.660	26.563	4.349	(16.709)	-	1.235.620

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 30/06/2011								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.226.093	8.026.210	12.338.451	864.523	410.886	3.032.072	(1.962.762)	34.935.473
INVESTIMENTO	361.344	35.079	660.359	10.095	19.905	369	-	1.087.151
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.724.735	588.227	5.016.326	211.882	62.200	21.116	(230.164)	7.394.322
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.710)	-	(1.913.209)	-	-	-	102.815	(2.092.104)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(126.129)	(129)	(378.909)	-	-	-	122.917	(382.250)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(142.831)	-	-	-	(142.831)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(407.839)	(129)	(2.292.118)	(142.831)	-	-	225.732	(2.617.185)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(58.705)	(92.423)	(406.525)	(8.276)	(8.938)	(29.303)	-	(604.170)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(3.508)	(1.737)	(20.043)	-	(516)	1.714	-	(24.090)
Obrigação Pós-Emprego	(7.057)	(6.835)	(43.665)	-	-	(4.218)	-	(61.775)
Materiais	(5.000)	(4.861)	(36.552)	(491)	(190)	(136)	-	(47.230)
Serviços de Terceiros	(47.671)	(34.752)	(373.274)	(2.820)	(10.231)	(4.658)	4.432	(468.974)
Depreciação e Amortização	(207.948)	(422)	(239.207)	(10.185)	(18.106)	(262)	-	(476.130)
Provisões Operacionais	1.255	(586)	(106.728)	-	(8)	(759)	-	(106.826)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(74.349)	-	-	-	-	-	-	(74.349)
Custo de Construção	(16.450)	(18.628)	(660.360)	-	-	-	-	(695.438)
Outras	(24.132)	(17.010)	(111.044)	31	(12.245)	(883)	-	(165.283)
Total Custo de Operação	(443.565)	(177.254)	(1.997.398)	(21.741)	(50.234)	(38.505)	4.432	(2.724.265)
CUSTO TOTAL	(851.404)	(177.383)	(4.289.516)	(164.572)	(50.234)	(38.505)	230.164	(5.341.450)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	873.331	410.844	726.810	47.310	11.966	(17.389)	-	2.052.872
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	73.154	59.554	238.406	14.094	4.010	53.221	-	442.439
Despesa Financeiro	(167.294)	(358.949)	(410.219)	-	-	-	-	(936.462)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	779.191	111.449	554.997	61.404	15.976	35.832	-	1.558.849
Imposto de Renda e Contribuição Social	(254.224)	(40.073)	(216.871)	(16.615)	(2.955)	(12.515)	-	(543.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.724	(21.021)	29.805	-	2.320	1.784	-	33.612
RESULTADO DO EXERCÍCIO	545.691	50.355	367.931	44.789	15.341	25.101	-	1.049.208

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

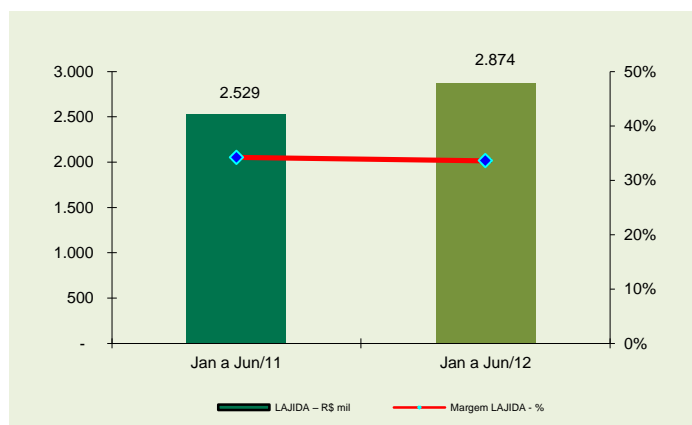
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2012, um resultado consolidado de R\$1.235.620 em comparação ao resultado de R\$1.049.208 no primeiro semestre de 2011 representando um aumento de 17,77%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 15,80% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 15,53% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig, no primeiro semestre de 2012, apresentou um aumento de 13,64% em relação ao primeiro semestre de 2011.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2012	30/06/2011 Reclassificado	Var %
Resultado do exercício	1.235.620	1.049.208	17,77
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	589.499	509.641	15,67
+ Resultado Financeiro	564.712	494.023	14,31
+ Amortização e Depreciação	482.715	476.130	1,38
+ Resultado de Equivalência Patrimonial	1.458	-	-
= LAJIDA	2.874.004	2.529.002	13,64



O aumento do LAJIDA, no primeiro semestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 15,80% na Receita, compensado parcialmente pelo aumento de 16,92% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização. O aumento dos Custos e Despesas Operacionais, verificado no primeiro semestre de 2012, em relação ao primeiro semestre de 2011, refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 34,20%, em 2011, para 33,57% em 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$9.254.444, no primeiro semestre de 2012, em comparação a R\$8.013.119, no primeiro semestre de 2011, o que representa um aumento de 15,49%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$8.129.333, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$7.147.548 no mesmo período de 2011, um aumento de 13,74%. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 3,79% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- reajuste tarifário na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,82%, a partir de 7 de novembro de 2011;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	1º Semestre de 2012	1º Semestre de 2011	Var %
Residencial	5.786.130	5.449.537	6,18
Industrial	12.629.659	12.747.757	(0,93)
Comércio, Serviços e Outros	3.968.559	3.541.497	12,06
Rural	1.273.323	1.148.382	10,88
Poder Público	670.922	608.034	10,34
Iluminação Pública	724.336	666.924	8,61
Serviço Público	760.213	708.963	7,23
Total	25.813.142	24.871.094	3,79

Receita com suprimento

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 1,62%, houve um aumento de 8,95% na receita com energia vendida, R\$827.635 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$759.658 no primeiro semestre de 2011, em função do aumento de 10,74% no preço médio de venda da energia, R\$123,32/MWh em 2012 em comparação a R\$111,36/MWh em 2011.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$281.963 no primeiro semestre de 2012 em comparação a R\$99.513 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 183,34%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de 27,77 no primeiro semestre de 2011 para R\$115,15 no primeiro semestre de 2012.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$1.031.824 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$903.585 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 14,19%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência principalmente da migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de transmissão refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Receita de transmissão foi de R\$746.225 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$642.290 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 16,18%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$262.808 no primeiro semestre de 2012 comparada a R\$180.529 no mesmo período do ano anterior.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

As deduções à Receita Operacional foram de R\$3.807.527, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$3.347.302, no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 13,75%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$341.891, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$335.546 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 1,89%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$289.941, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$245.275 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 18,21%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referente a RGR foram de R\$146.066, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$91.696, do primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 59,29%. A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no primeiro semestre de 2012, foram de R\$6.171.046 comparados a R\$5.341.450 no primeiro semestre de 2011, com aumento de 15,53%. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.531.579, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$2.092.104 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 21,01%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 123,65% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig Distribuição, que foi de R\$320.256 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$143.195 do primeiro semestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, a partir de março de 2012, somado ao aumento nos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), em função de despachos de usinas térmicas;
- aumento de 10,45% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão da Cemig Distribuição, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;
- aumento de 13,57% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional da Cemig Distribuição, indexada ao Dólar, que foi de R\$417.243 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$367.397 no primeiro semestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2012, comparada a uma valorização no primeiro semestre de 2011. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2012, uma valorização de 7,76% frente ao Real e, no mesmo período de 2011, uma desvalorização de 6,31%.

Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no primeiro semestre de 2012, foi de R\$485.189 comparados a R\$382.250 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 26,93%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$652.126 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$604.170 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 7,94%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$118.355 no primeiro semestre de 2012 comparados a R\$24.090 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 391,30%. O valor provisionado no primeiro semestre de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011, válida para 2011 e 2012, motivo da variação entre os períodos comparados.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$510.608 no primeiro semestre de 2012 na comparação com R\$468.974 no primeiro semestre de 2011 representando um aumento de 8,88%. A principal variação ocorreu nos serviços Leitura de medidores/Entrega de Contas, serviços de consultoria, contratados pela controlada em conjunto TAESA, e manutenção de instalações e equipamentos elétricos. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23b das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$217.878 no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$142.831 no primeiro semestre de 2011 representando um aumento de 52,54%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado, no primeiro semestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$564.712, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$494.023 no primeiro semestre de 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de 30,64% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012;
- Receita com Variação Monetária sobre Depósito Judicial: R\$10.767 no primeiro semestre de 2012 decorrentes da atualização de crédito tributário referente a ação judicial ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) em função da decisão transitada em julgado favorável à Cemig;
- Receita de Variação cambial: O valor da receita com variação cambial no montante de R\$30.273 decorre, principalmente, de resultado de aplicações financeiras advindas da consolidação da controlada em conjunto TAESA;
- Despesa de Variação cambial: O valor da despesa com variação cambial no montante de R\$58.727 decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no primeiro semestre de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$589.499 em relação ao lucro de R\$1.825.119, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,30%. A Cemig apurou, no primeiro semestre de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$509.641 em relação ao lucro de R\$1.558.849, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,69%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Segundo Trim/2012	Segundo Trim/2011
RECEITA	4.413.940	3.804.769
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(310.461)	(322.203)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(62.467)	(1.068)
Obrigações Pós-emprego	(36.376)	(30.887)
Materiais	(18.653)	(28.890)
Serviços de Terceiros	(257.502)	(254.325)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.384.490)	(1.016.344)
Depreciação e Amortização	(245.164)	(236.361)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(46.243)	(36.356)
Provisões (Reversão) Operacionais	862	(65.758)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(243.731)	(192.636)
Gás Comprado para Revenda	(117.434)	(80.465)
Custos de Construção de Infraestrutura	(422.323)	(427.252)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(82.002)	(95.786)
	(3.225.984)	(2.788.331)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro Líquido	1.187.956	1.016.438
Resultado de Equivalência Patrimonial	(656)	-
Receita Financeira	223.164	262.581
Despesa Financeira	(525.796)	(496.813)
Resultado antes dos Impostos	884.668	782.206
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(375.486)	(312.162)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	95.050	53.013
RESULTADO DO PERÍODO	604.232	523.057

Lucro do Trimestre

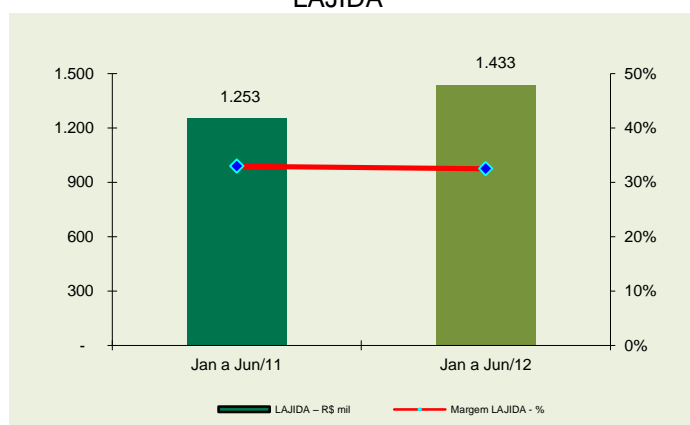
A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2012, um Resultado de R\$604.232, em comparação ao Resultado de R\$523.057 no segundo trimestre de 2011, um aumento de 15,52%.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig apresentou um aumento de 14,39% no segundo trimestre de 2012 na comparação com o segundo trimestre de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Resultado do Período	604.232	523.057	15,52
+ Despesa de IR e Contribuição Social	280.436	259.149	8,21
+ Resultado Financeiro Líquido	302.632	234.232	29,20
+ Amortização e Depreciação	245.164	236.361	3,72
+ Resultado de Equivalência Patrimonial	656	-	-
LAJIDA	1.433.120	1.252.799	14,39

LAJIDA



O aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2012 em comparação ao segundo trimestre de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 16,01% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 16,80% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 32,93% em 2011, para 32,47% em 2012.

Receita

	Consolidado	
	Segundo trim/12	Segundo trim/11
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	4.667.717	4.066.710
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	535.295	417.478
Receita de Uso da Rede de Transmissão	364.115	340.978
Receita de Construção de Distribuição	394.152	403.015
Receita de Construção de Geração	29.132	24.387
Outras Receitas Operacionais	315.245	251.853
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.891.716)	(1.699.652)
Receita Operacional Líquida	4.413.940	3.804.769

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
Residencial	2.837.582	2.618.129	8,38	1.532.619	1.312.405	16,78
Industrial	6.473.564	6.490.521	(0,26)	1.126.960	1.076.295	4,71
Comércio, Serviços e Outros	1.964.043	1.731.748	13,41	878.330	735.098	19,48
Rural	705.939	611.540	15,44	193.133	164.346	17,52
Poder Público	342.467	306.349	11,79	153.977	134.607	14,39
Iluminação Pública	361.165	344.169	4,94	96.913	89.132	8,73
Serviço Público	382.739	353.690	8,21	114.368	103.170	10,85
Subtotal	13.067.499	12.456.146	4,91	4.096.300	3.615.053	13,31
Consumo Próprio	15.572	14.431	7,91	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	5.507	21.197	(74,02)
	13.083.071	12.470.577	4,91	4.101.807	3.636.250	12,80
Suprimento a Outras Concessionárias	3.256.062	3.411.595	(4,56)	400.535	394.934	1,42
Transações com Energia na CCEE	547.070	1.040.058	(47,40)	158.932	32.599	387,54
Venda PROINFA	20.954	13.317	57,35	6.443	2.927	120,12
Total	16.907.157	16.935.547	(0,17)	4.667.717	4.066.710	14,78

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A Receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.101.807, no segundo trimestre de 2012, em comparação a R\$3.636.250 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 12,80%.

Os principais impactos, na Receita de 2012, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- Reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores, de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- Aumento de 4,91% no volume de energia faturada a consumidores finais, excluindo consumo próprio.

Receita com suprimento

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 4,56%, houve um aumento de 1,42% na receita com energia vendida, R\$400.535 no segundo trimestre de 2012 na comparação com R\$394.934 no segundo trimestre de 2011, em função do aumento de 6,26% no preço médio de venda da energia, R\$123,01/MWh em 2012 em comparação a R\$115,76/MWh em 2011.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$158.932 no primeiro semestre de 2012 em comparação a R\$32.599 no primeiro semestre de 2011, representando um aumento de 387,54%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de 27,77 no primeiro semestre de 2011 para R\$115,15 no primeiro semestre de 2012.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$535.295 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$417.478 no segundo trimestre de 2011, um aumento de 28,22%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor.

Receita de Transmissão

A Receita de Uso da Rede não apresentou variação significativa: R\$364.115 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$340.978 no segundo trimestre de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre à Receita

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	979.892	859.139	14,06
COFINS	406.407	366.414	10,91
PIS-PASEP	88.282	79.560	10,96
ISSQN e outros	1.572	1.380	13,91
	1.476.153	1.306.493	12,99
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	71.948	48.589	48,07
Programa de Eficiência Energética – PEE	12.447	10.208	21,93
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	138.335	122.420	13,00
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	145.207	178.244	(18,53)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.540	9.498	21,50
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	9.938	8.356	18,93
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.395	4.178	(18,74)
Encargos de Capacidade Emergencial	12.690	4.377	189,92
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	10.063	7.289	38,06
	415.563	393.159	5,70
	1.891.716	1.699.652	11,30

Os impostos e encargos incidentes sobre à receita foram de R\$1.891.716, no segundo trimestre de 2012, comparada a R\$1.699.652 no segundo trimestre de 2011, um aumento de 11,30%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, apresentou um aumento de 48,07% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$145.207, no segundo trimestre de 2012, comparada a R\$178.224 no segundo trimestre de 2011, representando uma redução de 18,53%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 13,00% nos períodos comparados. A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$138.335, no primeiro semestre de 2012, comparados a R\$122.420 no primeiro semestre de 2011.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$3.225.984, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$2.788.331 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 15,70%. Este resultado deve-se, principalmente, dos aumentos nos custos com participação dos empregados no resultado, energia elétrica comprada para revenda, reversão operacionais, encargos de uso da rede básica de transmissão e gás comprado para revenda.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$62.467 no segundo trimestre de 2012 comparados a R\$1.068 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 5.748,97%. Este resultado deve-se ao provisionamento da participação dos resultados de 2011 ter ocorrido em abril de 2012 e do trimestre do ano anterior ter ocorrido em março.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.384.490, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$1.016.344 no segundo trimestre de 2011, representando um aumento de 36,22%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 160,18% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig Distribuição, que foi de R\$212.547 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$81.693 do segundo trimestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, a partir de março de 2012, somado ao aumento nos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), em função de despachos de usinas térmicas;
- aumento de 35,11% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão da Cemig Distribuição, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;
- aumento de 25,85% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional da Cemig Distribuição, indexada ao Dólar, que foi de R\$226.332 no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$179.845 no segundo trimestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2012, comparada a uma valorização no primeiro semestre de 2011. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2012, uma valorização de 7,76% frente ao Real e, no mesmo período de 2011, uma desvalorização de 6,31%.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no segundo trimestre de 2012, foi de R\$243.731 comparados a R\$192.636 no segundo trimestre de 2011. Um aumento de 26,52%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$117.434, no segundo trimestre de 2012, comparado a R\$80.465 no segundo trimestre de 2011 representando um aumento de 45,94%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/12	Segundo Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	72.784	113.190	(35,70)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	45.816	44.290	3,45
Variações Monetárias	16.025	25.020	(35,95)
Variações Monetárias de Depósito Judicial (nota 11)	1.205	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	34.732	57.054	(39,12)
Variações Cambiais	4.137	20.613	(79,93)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1.096)	(787)	39,26
Ganhos com Instrumentos Financeiros	19.726	-	-
Ajuste a Valor Presente	6.122	-	-
Outras	23.713	3.201	640,80
	223.164	262.581	(15,01)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(331.094)	(365.502)	(9,41)
Variações Cambiais	(43.298)	(2.260)	1.819,03
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(46.683)	(45.202)	3,28
Variação Monetária – concessão onerosa	(11.689)	(3.039)	284,63
Variação Monetária – P&D e PEE	(6.185)	(8.782)	(29,57)
Variação Monetária – Outras	(11.977)	(7.886)	51,88
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(3.889)	-
Ajuste a Valor Presente	-	(665)	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(28.750)	(30.365)	(5,32)
Outras	(46.050)	(29.223)	57,57
	(525.796)	(496.813)	5,83
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(302.632)	(234.232)	29,20

As despesas financeiras líquidas foram de R\$302.632 no segundo trimestre de 2012 na comparação com R\$234.232 no segundo trimestre de 2011, uma variação de 29,20%. Os principais fatores que explicam a variação no Resultado Financeiro dos trimestres comparados são como segue:

- Redução de 35,70% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$331.094, no segundo trimestre de 2012, comparados a R\$365.502 no segundo trimestre de 2011. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI no segundo trimestre de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. A variação do CDI, no segundo trimestre de 2012 foi de 2,09% comparado a 2,80% no segundo trimestre de 2011.
- Despesa de Variações cambiais: O valor da despesa com variação cambial no montante de R\$43.298 no segundo trimestre de 2012 decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no segundo trimestre de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$280.436 em relação ao lucro de R\$884.668, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 31,70%. No segundo trimestre de 2011, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$259.149 em relação ao lucro de R\$782.206, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,13%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2011, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder do setor.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 17º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006, 2007 e 2011 de 65%, 55% e 71,7% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às aquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 26 vezes durante o ano de 2011 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2013.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2013.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14,7 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2011 foram realizadas 63 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2011, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber

denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE JUNHO DE 2012 (1)

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	50,96	-	0,00	189.991.615	22,27
Outras Entidades do Estado	50.246	0,01	8.821.839	1,84	8.872.085	1,00
Total Controlador	190.041.861	50,97	8.821.839	1,84	198.863.700	23,31
AGC Energia S/A (2)	122.901.990	32,96	-	0,00	122.901.990	14,41

Notas:

- (1) capital social alterado em 27/04/2012, com bonificação de 25% em novas ações;
 (2) o acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30/06/2012		30/06/2011	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	190.041.861	8.821.839	152.033.489	7.057.472
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.899	1.484	1.321	1.187
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	1	-
Bruno Magalhães Menicucci	-	1	-	-
Christiano Miguel Moysés	1	-	-	-
Djalma Bastos de Morais	-	68	-	55
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	1	-	1	-
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	1
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	530	-	424
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	13	-	11	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Joaquim Francisco de Castro Neto	1	-	-	-
José Augusto Gomes Campos	-	1	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Leonardo Maurício Colombini Lima	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	1	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	1
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	-	526	-	421
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	1
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	120	1	96	1
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	1
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	1
Tarcísio Augusto Carneiro	2.751	350	2.201	280

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30/06/2012		30/06/2011	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	10	869	7	634
Djalma Bastos de Morais	-	68	-	50
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	530	-	386
Frederico Pacheco de Medeiros	1	-	-	-
Fuad Jorge Noman Filho	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
José Raimundo Dias Fonseca	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	7	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Luiz Henrique Michalick	-	271	-	198
Maria Celeste Morais Guimarães	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Rafael Cardoso Cordeiro	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2012	182.792.314	49,03	470.993.302	98,09	653.785.616	76,64
30.06.2011	146.233.846	49,03	376.794.638	98,09	523.028.484	76,64

Nota: (*) capital social alterado em 27 de abril de 2012, com bonificação de 25% em novas ações

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, que descreve que as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às informações contábeis intermediárias individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de junho de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.500 milhões. O efeito proporcional na Companhia é de R\$150 milhões. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava em 30 de junho de 2012, R\$12.956 milhões os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de junho de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$1.295 milhões.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa no. 17, que descreve o fato de que a sua controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. possuía contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros (“covenants”) que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2012. A Administração da controlada obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os

credores somente após 30 de junho de 2012, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração da Companhia reclassificou o montante de R\$2.882 milhões do passivo não circulante consolidado para o passivo circulante consolidado em 30 de junho de 2012.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com CPC 21, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de agosto de 2011, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estavam incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações; e (ii) o fato de que a as controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. possuíam contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros ("covenants") que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2011. A Administração das controladas obteve os consentimentos ("waivers") de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$3.508 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. apurava prejuízos recorrentes em suas operações e apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de

dezembro de 2011 no montante consolidado de R\$1.279 milhões. O efeito proporcional na Companhia foi de R\$128 milhões; e (ii) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo F. Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG